

SÉRIE ARQUEOLOGIA PALEONTOLOGIA
Vol. V

AS FAZENDAS DE GADO DOS JESUÍTAS NA PARAÍBA COLONIAL

Juvandi de Souza Santos



AS FAZENDAS DE GADO DOS JESUÍTAS NA PARAÍBA COLONIAL

**Série: Arqueologia/Paleontologia
Vol. V**

JUVANDI DE SOUZA SANTOS



Esta obra pode ser reproduzida, no todo ou em parte, desde que citada à fonte.

EDITOR

Juvandi de Souza Santos

REVISÃO

Profª Ms. Clara Vasconcelos
Pedagoga: Marinalda Sousa Santos

CAPAS

Thomas Bruno de Oliveira

DIAGRAMAÇÃO

Allisson Santos Costa

DIGITALIZAÇÃO

Juvandi de Souza Santos/Marinalda Sousa Santos

MONTAGEM

Allisson S. Costa

IMAGENS DA CAPA E CRÉDITOS

Juvandi de S. Santos

CONSELHO EDITORIAL (SPA)

Antônio Clarindo B. de Souza – UFCG
Carlos Alberto Azevedo – IPHAEP/IHGP/SPA
Juvandi de Souza Santos – LABAP/UEPB
Zélia Maria Almeida – UFPB/IHGP
Thomas Bruno Oliveira – SPA

S237c SANTOS, Juvandi de Souza. **AS FAZENDAS DE GADO DOS JESUÍTAS NA PARAÍBA COLONIAL.**

SÉRIE: Arqueologia/Paleontologia. Vol. V

Campina Grande, Paraíba. 2015. 99 pgs.

Palavras-Chave: 1. Jesuítas, Arqueologia histórica e Paraíba colonial. I Título.

ISBN: 978-85-912404-8-7

21. ed. CDD - 981

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Pós-Dr. Arno Alvarez Kern, pela ajuda significativa para meu segundo Pós-Doutorado, resultando, em parte, neste livro;

Ao amigo Prof. Ms. Thomas Bruno de Oliveira;

Especialmente ao CNPq, por financiar parte das pesquisas que tem como principal meta estudar e localizar os antigos redutos missioneiros católicos em território paraibano no período colonial.

*“Preciso suportar duas ou três lagartas
se quiser conhecer as borboletas”.*

Antoine de Saint-Exupéry.
Autor de ‘O PEQUENO PRÍNCIPE’.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
1.0 OS PADRES JESUÍTAS NO BRASIL	
E NA PARAÍBA COLONIAL	14
1.1 A Ordem Jesuíta	14
1.1.1 A ordem e a desordem Jesuíta:	
Um pouco de história	18
1.2 A atuação dos Jesuítas no Brasil colonial	24
1.3 Os Jesuítas no Nordeste e na Paraíba:	
A Ordem e a desordem	29
1.3.1 As querelas entre Jesuítas e outras Ordens	
no Brasil e na Paraíba	37
1.3.2 Os Jesuítas voltam à capitania da Paraíba	43
1.4 A atuação geral dos Jesuítas na Paraíba	46
1.4.1 A catequização Jesuíta na Paraíba	51
1.5 A expulsão dos Jesuítas do Brasil: O Diretório	
Pombalino de 759.....	55
CAPÍTULO II	
2. AS FAZENDAS DE GADO DOS JESUÍTAS	
NA PARAÍBA COLONIAL	60
2.1 O que foi e quais os propósitos das fazendas	
de gado?	61

2.2 Metodologia utilizada para descrever os possíveis lugares das fazendas de gado dos Jesuítas na Paraíba colonial	64
 CAPÍTULO III	
3. O LEGADO MISSIONEIRO DA PARAÍBA COLONIAL	105
3.1 O resultado do contato missioneiro com os indígenas da Paraíba no período colonial	105
3.2 O fim das fazendas de gado dos Jesuítas: Algumas considerações finais	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119

APRESENTAÇÃO

A temática acerca das Missões Coloniais tem atraído a atenção de inúmeros estudiosos brasileiros nos últimos anos, principalmente os historiadores e arqueólogos. Do século XVI ao XVIII, foram inúmeros os registros, edificações, propriedades e documentos gestados por Ordens religiosas que andavam de braços dados com o processo de colonização. Especialmente a Ordem Jesuíta que revolucionou a maneira de se colonizar. O espírito altaneiro e empreendedor de seus membros destacou a Ordem como uma das mais competentes neste mister, ao ponto de gozar de autoridade e não raro entrar em conflito com o poder político das metrópoles a que estava à serviço e, também, com as outras Ordens existentes, ocasionando muitas vezes na sua expulsão de territórios. Assim foi na Capitania da Parahyba no ano de 1593, voltando a atuar em nosso território somente vários anos depois.

Na Paraíba, os Jesuítas construíram seminário e colégio na cidade de Parahyba e Pilar e administrou uma série de fazendas de gado que objetivavam manter o ensino e gerar mão de obra para o empreendimento colonizador. Desta atuação, uma série documental foi gerada e várias edificações foram construídas, a grande maioria delas sucumbiu com o

tempo, outras (apesar de modificadas!) continuam de pé testemunhando a presença dessa ordem religiosa no Estado.

A proposta do presente livro é justamente fazer um apanhado das fazendas de gado administradas pelos Jesuítas no atual solo paraibano e o contato desses religiosos com os indígenas locais, observando as possibilidades de pesquisas futuras como é, por exemplo, a intervenção arqueológica e os subsídios que estes dados ocultos no solo podem contribuir com a história deste Estado, possibilitando o entendimento de como Padres missioneiros e indígenas conviviam de forma nem sempre amistosa nas missões internadas nos Sertões ou aquelas aportadas no Litoral.

Em 'As fazendas de gado dos Jesuítas na Paraíba colonial', Prof. Juvandi Santos faz um apanhado historiográfico e um pontual trabalho de campo de cunho arqueológico, o que o faz apresentar 10 (dez) fazendas Jesuítas presentes na Paraíba. Como de costume, o Prof. Juvandi de Souza Santos é bastante objetivo e prático em suas produções, cria metodologia própria na catalogação destes lugares e presta uma boa contribuição aos estudos coloniais em solo paraibano. Com os pés no chão, incentiva futuras pesquisas e adianta perguntas que não foram possíveis responder na presente obra.

O livro é o quinto volume da ‘Coleção Arqueologia Paleontologia’ – criada pelo próprio Prof. Juvandi, da Universidade estadual da Paraíba – e consiste numa excelente contribuição aos estudos em arqueologia e paleontologia de nosso Estado. Vale à pena conferir os números anteriores. Boa leitura!

Prof. Ms. Thomas Bruno Oliveira

Historiador e Jornalista, sócio fundador da
Sociedade Paraibana de Arqueologia (SPA).

INTRODUÇÃO

São raras as pesquisas e seus resultados acerca das missões religiosas católicas e suas atividades na Paraíba no período colonial. Tudo ainda é incerto, caótico e contraditório.

Sem medo de errar, afirmo que pesquisas desenvolvidas por professores e alunos da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) têm sido as grandes pioneiras nesse campo, especialmente quando se trata de Arqueologia Histórica Missioneira.

Em outros Estados do Brasil, a Arqueologia Histórica Missioneira vem se desenvolvendo há décadas. Na Paraíba, apenas nos últimos quatro anos é que teve início a primeira pesquisa científica com o objetivo PRIMÁRIO de identificar os antigos redutos missioneiros e as Ordens religiosas católicas que aqui se estabeleceram, além das atividades indígenas nesses redutos.

A tarefa não tem sido fácil, pois, além dos pseudos pesquisadores que mais atrapalham do que ajudam, os quais quando não invadem sua privacidade, lhes tiram da mão as ideias e as pesquisas iniciadas a duras penas, assinando-as como suas, existem ainda a escassez documental e, o que é pior, o fechamento de portas e ‘porteiras’ para o levantamento de dados primários e da cultura material.

A ideia em estudar as missões religiosas da Paraíba e, por extensão, suas ações, como as fazendas de gado dos Jesuítas e as atividades indígenas, surgiu ainda na década do ano 2000 quando do doutoramento na PUC do Rio Grande do Sul. Talvez o melhor pesquisador das ações dos Jesuítas nas Américas, o Prof. Arno Alvarez Kern – que foi meu grande incentivador – conseguiu mostrar o papel relevante dessas Ordens religiosas no processo de formação do Brasil pós-contato, abrindo-me os olhos para a escassez de informações acerca das ações católicas no restante do Brasil. E foi justamente a escassez de informações sobre as missões na Paraíba colonial que me levou a desenvolver a pesquisa. Da ideia inicial surgiu a oportunidade em realizar a pesquisa para um estágio Pós-Doutoral. Assim fizemos. Em 2014 o estágio estava concluído. Pesquisas foram realizadas em várias instituições no Brasil, em Portugal, na Espanha e na Itália. O resultado espanta: já identificamos trinta e sete (37) redutos missioneiros de várias Ordens religiosas católicas e dez (10) fazendas de gado dos Jesuítas. Mas não paramos. Em 2014, tivemos um projeto aprovado no CNPq para darmos continuidade ao levantamento. Mais dois redutos missioneiros foram identificado, chegando a trinta e nove (39), bem como mais uma fazenda de gado dos Jesuítas, chegando a onze (11).

Costumo colocar que o território paraibano encontra-se, até certo ponto, bem povoado, mas em termos de pesquisas arqueológicas e historiográficas, é um imenso deserto. Temos, portanto, vastos campos de pesquisas em diversas áreas do conhecimento científico do período colonial. Portanto, aqueles que queiram se dedicar ao estudo desse lapso de tempo na Paraíba, a oportunidade existe e é sensacional.

Este livro é o resultado dessa busca incansável por respostas ainda não tão claras da Paraíba do período colonial. Aqui mostramos, em três capítulos, os resultados dessa busca: parte das obras missioneiras, especialmente as atividades de cunho econômica dos Jesuítas. Para alguns, este trabalho é primário. Para outros, é essencial. Pois, traz, entre outras informações, as possíveis localizações das fazendas de gado dos Jesuítas e o uso de indígenas nas mesmas.

Além de inúmeras leituras e busca documental, visitamos os lugares para identificação da cultura material missioneira, sempre observando se esses locais são viáveis ou não para futuras intervenções arqueológicas e traçarmos um perfil melhor tanto dos Padres missioneiros, quanto da população indígena, escrava e livre, que ali viveram e trabalharam para a Ordem. Como podemos perceber, o trabalho é primário, mas de alta relevância para os paraibanos,

porque subsidiará outros pesquisadores para novas pesquisas, já que os possíveis lugares foram identificados.

Por fim, acreditamos que esse material contribuirá para elucidar esse período temporal da história da Paraíba ainda meio que obscuro, trazendo luz à historiografia acerca do papel que as Ordens religiosas desempenharam no processo de desenvolvimento sócio/econômico/cultural de nosso velho torrão.

Campina Grande, Paraíba, Brasil.

Noite de quinta feira de inverno.

13 de agosto de 2015.

CAPÍTULO I

1. OS PADRES JESUÍTAS NO BRASIL E NA PARAÍBA COLONIAL

1.1 A Ordem Jesuíta

A Ordem Jesuíta, ou Companhia de Jesus foi fundada no ano de 1534, na cidade de Paris, França, por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados pelo basco Íñigo López de Loyola. Tempos depois, Íñigo passa a se chamar definitivamente Inácio de Loyola (Fig. 1). Foi militar a serviço do vice-rei de Navarra, ferido em batalha, convalescido durante longo tempo. Dedicou-se a leituras de livros religiosos e à Bíblia, tomando a decisão de, a partir daquele momento, tornar-se “um cavaleiro de Cristo” (MENDES, et. al. 2010, p. 90) (mais detalhes sobre Inácio de Loyola, no ponto seguinte).

No ano de 1540, o Papa Paulo III aprova a regra¹ da Ordem. Tal regra tornou-se uma verdadeira Bíblia para os Clérigos que entravam nela. Enquanto às outras Ordens

¹ “As regras da Ordem eram inspiradas nos modelos militares. Pela prédica da catequese e exercícios espirituais, tinha por finalidade trabalhar pelo Reino de Deus, sempre em íntima união com o supremo Chefe da Igreja, a cujas ordens votou irrestrita obediência. É uma Ordem de clérigos regulares, cuja missão também consiste no desempenho do ministério sacerdotal. Foi a Ordem que mais se destacou pelo espírito de reação católica ao movimento protestante” (BREVE HISTÓRICO DA CONGREGAÇÃO, 2015).

religiosas, fossem elas regular ou secular se digladiavam. A Jesuíta nunca mudou sua regra original, permanecendo nos dias de hoje como foi criada no século XVI.

A organização do processo de formação de um religioso Jesuíta era, nos primórdios de sua criação e nos séculos seguintes, inspirado na



Fig. 1 – Inácio de Loyola.

Crédito da imagem: Wikipédia (2015).

formação militar do seu próprio fundador Inácio de Loyola.

A Ordem compreende províncias e casas². Aqueles que ingressam na Ordem professam os votos de castidade e pobreza, além de obediência aos superiores e especialmente ao papado romano. Sendo este último voto, um dos principais motivos de pelejas entre a Ordem e as coroas Ibéricas no período colonial, pois os Jesuítas, na maioria das vezes, só cumpriam determinações reais quando estas fossem diretamente emanadas pelo Papa, ou pelo seu Padre Geral. Assim, foi comum, durante todo o período colonial em que os

² Local de moradia e de ensino dos Padres Jesuítas que não estavam em aldeias missioneiras.

Jesuítas estiveram no Brasil, o descumprimento das ordens reais, colocando em cheque o Padroado Régio³ e criando desatinos com o poder secular.

O lema da Companhia de Jesus é: PARA MAIOR GLÓRIA DE DEUS (*Ad majorem Dei gloriam*), tendo como principal guia da Ordem a realização dos exercícios espirituais. Tais exercícios, assim como as regras, foram redigidos pelo Padre Inácio de Loyola.

Os Jesuítas ficaram conhecidos em todo o planeta por serem notáveis educadores, o que levou vários monarcas a tomarem alguns Padres como conselheiros e educadores. Atuaram em todos os cantos do planeta.

No Brasil, especialmente falando, atuaram principalmente no período colonial, fundando colégios, missões (Fig. 2) e fazendas de gado. Sua meta principal em terras do Brasil era a catequização dos indígenas, mas como não viviam trancafiados em mosteiros, mas sim viviam nas comunidades em contato com o mundo, pregando o Evangelho de Cristo, acabaram por desenvolverem outras atividades. Como o processo de formação de um Padre Jesuíta era demorado, os mesmos eram excelentes teólogos,

³ **Delegação de poderes concedida pelo Papa – através de bulas – aos reis de Portugal ao qual eles passam a serem patrono da Igreja Católica em seu território e suas colônias.**

além de conhecerem a língua e os costumes daqueles onde iam pregar/trabalhar.



Fig. 2 – Antiga missão Jesuíta no Rio Grande do Sul (Missão de São Miguel).

Crédito da imagem: História brasileira (2015).

Como a sua principal regra era à “cega obediência”, desempenharam um expressivo papel no combate ao Protestantismo e na repressão às heresias (MENDES, et. al. 2010, p. 90). Isso só corrobora com a ideia de criação da Ordem, ou seja, ao mesmo tempo pregar o Evangelho e seguir uma doutrina rigidamente militarizada e hierarquizada, o que faz jus ao momento histórico do período em que a Ordem

surgiu: um período de intensa perseguição religiosa devido à Reforma Protestante do início do século XVI. Assim, a Ordem Jesuíta nasce na esteira da Contra Reforma Católica com o objetivo de freiar o avanço protestante e curar o mundo do paganismo e das heresias. Nada mais interessante do que uma Ordem com cunho militar.

1.1.1 A ordem e a desordem Jesuíta: Um pouco de história

Inácio de Loyola nasceu em uma família nobre no norte da Espanha, “num fértil vale banhado pelo rio Urola, entre Azcoina e Azpeitia” (SANTOS, 2009, p. 03). A tradição da família Loyola vem dos tempos medievais.

Loyola nasce no ano de 1491, sendo o décimo terceiro filho do casal. No batismo, recebe o nome de Iñigno e, só mais tarde, quando realizava seus altos estudos teológicos em Paris, é que passa a se chamar Inácio.

Iñigno não foi educado por sua mãe, morta pouco depois do parto, mas sim por uma camponesa à qual foi sua ama de leite, além de lhe ensinar a língua Vasca, comum entre os camponeses.

Iñigno, ainda moço, passou aos cuidados de um nobre da corte, D. João Velásquez de Cuéllar, que passou a educá-lo na corte com todas as mordomias possíveis. Iñigno foi, de fato,

um fidalgo. Iñigno passou a ser o pajem de D. João Velásquez, de quem aprendeu os bons costumes da corte.

O pai de Iñigno sempre almejou para o filho a vida religiosa, mas este sempre buscou a vida mundana de cavaleiro e aventureiro. Ao menos quatro de seus irmãos foram importantes militares.

Em sua juventude, comenta o Padre Januário dos Santos (2009, p. 8), enamorou-se o por D. Germana, a rainha, ou pela Infanta D. Catarina.

Com a morte de D. João Velásquez, Iñigno foi colhido a sombra de outro importante fidalgo: D. Antônio Monrique, duque de Nájara e vice-rei de Navarra.

Quando da invasão de Pampolha pelos franceses, Iñigo era o capitão que comandava um forte e foi justamente neste forte que teve uma das pernas esfaceladas por estilhaços provenientes de um tiro de canhão. Foi a última batalha em que Iñigo havia pegado em armas, as demais, passaria a combater, mas com orações, os infiéis da Igreja Católica.

Foi nesse longo período de convalescença que Iñigo teve acesso a certas leituras que o fariam decidir sobre qual caminho tomar quando ficasse são dos ferimentos.

Durante uma longa viagem para Montserrat, Iñigo se desfez de seus bens e resolveu levar uma vida simples, desprovido de luxo e riquezas e dos prazeres da corte. Em

Montserrat, passa a levar uma vida de oração, meditação, penitência e jejum. Sua grande confissão dos pecados dura cerca de três dias. Quem primeiro o instruiu de sua nova vida e missão foi um Monge Beneditino, dado que o consagra a uma vida totalmente espiritual.

Iñigo consagrou sua vida a serviço da Virgem Maria. Assim como tantos de seu tempo, ao deixar o mosteiro de Monteserrat, enfurna-se na gruta de Monresa, para o retiro espiritual.

Em boa parte do tempo que esteve na gruta, o santo meditava, fazia penitência, rezava, chorava os seus pecados e pregava aos que ali acudiam. É sabido que Iñigo praticava o flagelo em seu próprio corpo para ‘purgar’ os pecados da alma. Foi na gruta que Iñigo de Loyola escreveu seu fabuloso manual “Exercícios Espirituais”.

Nesse período inicial, visitou e foi maltratado em várias cidades: Barcelona, Roma, Veneza, Chipre, até chegar à Terra Santa, destino de muitos peregrinos que objetivavam uma vida santa. Inácio de Loyola era um cristão afortunado, o que contribuiu para que tivesse posses de viajar até a Terra Santa, Jerusalém.

Na sua formação universitária depois do regresso da Terra Santa, começou a estudar latim, frequentou as

Universidades de Alcalã e Salamanca. Foi considerado um iluminado pela maneira de viver.

Os primeiros e importantes seguidores de Inácio foram: Xavier, Lainez, Salmerón, Simão Rodrigues e Bobadilla. Foram irmandados na Universidade no dia 15 de agosto de 1534. Estava criada a Companhia de Jesus. Nasceu com a essência da Contra Reforma. Tinha o pomposo nome de *Societas Iesu*, quase vinte (20) anos depois do início da Reforma de Lutero.

Todos foram para o mosteiro de Montemarte onde fizeram os votos e de onde se dirigiram para Roma para receberem as bênçãos de Paulo III.

A Ordem passava a ter características adversas daquelas existentes até então: eram soldados a serviço de Deus, o Divino Imperador. A origem tinha um cunho além de religioso, também, militarista. Blaine (2012, p. 212) diz que Loyola foi eleito líder da Companhia neste ano, mas o autor também o chama de general vitalício, por ser bastante organizado e organizador.

Para os Inacianos, os principais objetivos da Companhia eram:

O fim desta Companhia não é somente ocupar-se, com a graça divina, da salvação e perfeição das almas próprias, mas com a mesma graça, esforçar-se intensamente por ajudar à salvação e a perfeição do próximo (SANTOS, 2009, p. 25).

Na Europa, os membros da Companhia se espalharam rapidamente pela Itália, Alemanha, Áustria e chegaram à África, Índia, Japão, China e América, especialmente no Brasil. Os Jesuítas praticamente dão início a sua odisseia a partir do início da década de 1550, quando Francisco Xavier inicia sua cruzada em 1542, na Índia.

Em 1549 é a vez dos Jesuítas chegarem ao Japão. Lá, a expansão Jesuíta só foi parada quando estes Padres conseguiram alcançar a cifra de mais de 150 mil seguidores, pois foram vistos como possíveis idealizadores da quebra da cultura tradicional de cultuar o deus-imperador japonês. Em 1630, os Jesuítas e, por extensão, o Cristianismo, estavam banidos do Japão.

Na China, os Jesuítas foram bem recebidos pelo imperador, porque estes tinham ótimo conhecimento de Matemática e Astronomia, ciências bem aceitas pelos chineses. Mas a religião em si foi vista com desconfiança, especialmente pelos seguidores do Confucionismo. No geral, o Cristianismo na China ficou restrito a Gôa.

Um fator marcante entre os Inacianos, já que se tratavam de Padres letrados, são suas correspondências. Calcula-se que se conserva atualmente cerca de 6.795 cartas escritas por Inácio aos seus subordinados.

As Cartas Jesuítas⁴ tinham o primoroso papel de manter a Companhia informada acerca de tudo o que ocorria nos colégios, conventos, missões e outras propriedades, como engenhos e fazendas, além de ser uma excelente forma de dar instruções aos seus subordinados. As cartas serviam, também, para que os Padres soubessem uns dos outros e recebessem informações precisas de várias partes do mundo onde a Companhia estava presente (PÉCORA, 2012, pp. 34-35). Sem dúvida que estas cartas serviam para informar, criar um corpo orgânico e indissolúvel da Ordem e mostrar as experiências místicas dos Padres nos vários cantos do planeta.

Essas cartas são importantes documentos sobre o processo de catequização, pois registram a exortação dos religiosos aos exercícios espirituais, visita a hospitais, ensino, fundações de colégios, missões religiosas e cuida da formação dos religiosos que era demorada pela qualidade daqueles que eram formados. A formação foi tão importante que dois importantes seminários foram criados inicialmente: o Colégio Romano em 1551 e o Colégio Germânico, que deram origem a importantes Universidades.

⁴ As cartas eram importantes formas de se trocar informações entre os Padres da Companhia. Era obrigatório pelos Padres e estava contido no regulamento da Ordem escrita pelo próprio Inácio de Loyola, as Constituciones.

Sua morte (Loyola) ocorreu em Roma, no dia 31 de julho de 1556. Quando de sua morte, a Companhia já tinha espalhado por todo o planeta mais de mil religiosos em missão de ensino e catequização. Ainda hoje, a Ordem Jesuíta é a maior em número de religiosos. Nesse período já se via o começo da desordem da Ordem, com problemas principalmente de cunho político.

1.2 A atuação dos Jesuítas no Brasil colonial

De forma geral, existe um consenso entre os historiadores em que a Ordem dos Jesuítas exerceu papel relevante no processo de colonização e estruturação dos portugueses e espanhóis no Brasil, cumpriu seu papel no processo de organização social da colônia, assegura Pinto (2015, p. 1).

Os Padres Jesuítas chegaram ao Brasil no ano de 1549, junto com os colonos e soldados comandados por Tomé de Sousa, primeiro Governador Geral do Brasil enviado pela coroa lusa para administrar a nascente colônia. Foi o Padre Manoel da Nóbrega o primeiro líder espiritual dos Jesuítas no Brasil com objetivos bem claros: tornar cristãos os indígenas, criar as primeiras escolas e auxiliar na administração da colônia, justamente no processo de amansamento da indiada.

Quando da criação da Ordem dos Jesuítas no ano de 1534 e sua memorável atuação no continente Europeu, seu objetivo principal era o de evitar o aumento do número de protestantes. Assim sendo, a Ordem religiosa foi fundada dentro do contexto da Reforma Protestante e da Contra Reforma Católica. Esse importante objetivo também foi posto em prática na colônia do Brasil, especialmente nas áreas de atuação dos grupos franceses e holandeses que eram protestantes em sua maioria.



Fig. 3 – Antigo colégio dos Jesuítas na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil. Atual Palácio da Redenção.

Crédito da imagem: Palácio da Redenção (2015).

A atuação dos Jesuítas não ficou limitada, no Brasil, apenas a catequização, mas também, o ensino aos filhos dos colonos (geralmente aqueles mais afortunados). Foi com isso que os Jesuítas criaram vários colégios na colônia, inclusive o da Paraíba (Fig. 3).

Sabe-se que o sistema educacional dos Jesuítas era muito rígido, (ROMANELLI, 1997): punições e castigos físicos faziam parte da sua Pedagogia, sendo o uso da palmatória (Fig. 4) o castigo físico mais comum aplicado àqueles que não se enquadravam ao modelo educacional dos Padres.



Fig. 4 – Palmatória feita de maçaranduba, usada para castigar as crianças com ‘bolos’ nas mãos ou nas nádegas.

Crédito da imagem: Coleção particular do autor.

De acordo com Pinto (2015, p. 1), as atividades de amansamento dos indígenas nas missões sofreram algumas

poucas modificações do modelo de ensinamento Jesuíta. Os castigos físicos tiveram que ser abrandados frente à fuga constante dos indígenas desses redutos, caso contrário, haveria fuga em massa. Nota-se, contudo, que essa estratégia em minimizar os castigos físicos dos indígenas foi uma maneira de fazer com que os mesmos continuassem nos aldeamentos missioneiros, pois os indígenas foram as mãos e os pés dos Padres. Eram eles que, até certo ponto, tocavam as atividades trabalhistas mais duras nas missões e fazendas de gado.

Geralmente, essas missões eram habitadas por centenas e até milhares de indígenas. Os Padres Jesuítas levavam a cabo um modelo de doutrinação capaz de amansar os indígenas, tornando-os capazes da realização das atividades econômicas e de defesa do território como queriam os colonizadores. Assim, hábitos foram mudados para que eles vivessem e agissem tal qual os europeus. Desta feita, os traços culturais dos indígenas nitidamente iam se perdendo na medida em que eles se tornavam europeizados, mas sempre resistindo de todas as formas, fosse lutando, fugindo, cometendo suicídio, ou simplesmente descumprindo as ordens dos Padres nas missões, como continuar a fazer uso do tabaco (fumo) no seu cotidiano missioneiro, já que o uso do fumo era proibido pelos Jesuítas (KERN, 2006).

Assim, os Padres Jesuítas conseguiram fazer com que as missões ficassem sempre povoadas de indígenas e passassem a produzir para seu próprio consumo, além do excedente de produção que era comercializado nas vilas e cidades próximas das aldeias.

Claro que essa certa organização de produção e controle sobre a indiada fez com que os Jesuítas acabassem por criar inimizades com colonos e governantes, principalmente nas áreas mais pobres da colônia, onde a aquisição de escravos negros era difícil devido aos elevados preços das peças. No geral, os colonos queriam esses indígenas ‘mansos’ para poder escravizá-los e as missões acabaram por cumprir outro papel interessante: proteger a indiada da ação impetuosa dos colonos que queriam escravizá-los, mas que, por outro lado, não podemos negar que esse amontoado de indígenas era farta mão de obra barata para as fazendas e lavouras da Ordem, no que acabou por enriquecer os Jesuítas.

Os Jesuítas receberam do governo e de doações grandes extensões de terras devolutas, que as exploraram, montaram engenhos, sítios e fazendas de gado e angariaram grandes fortunas, causando inveja e cobiça tanto por parte dos colonos, quanto do governo e das outras Ordens religiosas, aumentando as richas, causando desconforto e intrigas, ao

ponto de terem sido expulsos da Paraíba e, no ano de 1759, foram banidos das colônias portuguesas, só retornando no ano de 1841.

O governo luso conseguiu uma fortuna imensa com a venda dos bens expropriados dos Jesuítas, isso só demonstrou que “o poder espiritual dos Jesuítas também havia se transformado em poder econômico” (PINTO, 2015, p. 2).

1.3 Os Jesuítas no Nordeste e na Paraíba: A ordem e a desordem continuam

Entre 1549 e 1759, as missões Jesuítas se espalharam pelos Sertões do que hoje é o Nordeste do Brasil. As missões volantes, geralmente ficaram centralizadas nos colégios da Bahia e Rio de Janeiro, que foram os dois principais centros de dispersão Jesuíta pelo interior.

As casas Jesuítas, segundo Porto (2012, pp. 20-21), se espalharam por várias capitais das capitanias do Brasil: Bahia e Olinda (1558), Rio de Janeiro (1568) e Pernambuco (1572). Daí, essas casas passaram a exercer influência sobre outras capitanias, as anexas, como foi o caso da Paraíba, sempre dependente da casa de Pernambuco. As casas eram escolas que ofereciam o ensino elementar e, como complemento, a catequese entre os indígenas. A partir desses nichos iniciais,

deu-se início às missões, colégios, igrejas, seminários e fazendas, essenciais para abastecimento de alimentos das outras instituições.

Na Paraíba, a atuação inicial dos Jesuítas foi conturbada. A intolerância dos moradores os expulsou da capitania ainda no século XVI, só retornando em 1683 quando fundaram o colégio da Paraíba.

As missões Jesuítas no Nordeste do Brasil acompanharam o próprio processo de domínio de cada região. No Rio Grande do Norte, por exemplo, os Jesuítas dão início à atuação em 1599; no Ceará, Maranhão e Piauí, estiveram ligados às missões da Amazônia colonial portuguesa. No Ceará, às missões Jesuítas chegam em 1607 e 1608. O epicentro de erradicação foi a missão de Ibiapaba, em 1671.

Em síntese, não estaria de tudo errado afirmar que os Jesuítas foram os integradores da América Portuguesa em fins do século XVI e início do século XVII, pois, através de um mesmo método pedagógico unificado e com objetivos comuns, conseguiram introduzir, no Brasil nascente, regras básicas de unificação cultural e territorial, consolidando o território em nome de Deus e de El-Rey.

Branco (2012, p. 24) informa que os Jesuítas, durante muito tempo e em todos os lugares onde pregaram, foram vistos e chamados de usurpadores do Santo nome de Jesus,

Padres intrigantes e inimigos da fé. Fizeram inimigos por onde passaram, inclusive entre as outras Ordens Católicas. É possível que os Jesuítas tivessem angariado tal fama devido às maneiras de eles trabalharem a conversão: com novas estratégias, como convívio com o próprio indígena. Isso é reflexo, sem dúvida, da formação humanista desses Padres. As outras Ordens ainda se debatiam em discussões e métodos totalmente medievalescos de catequização.

Os Jesuítas que tiveram contato com outras Ordens catequizadoras, muitas vezes as chamavam de escória, devido à corrupção dos bons costumes e da moral (imoralidade) que esses Padres praticavam, ou não praticavam. Dessa forma, os primeiros grandes inimigos dos Jesuítas foram seus próprios co-irmãos de religião. Os Jesuítas tinham, acima de tudo, vocação para aquilo que faziam, no que se diferenciavam das outras Ordens.

No que hoje é o Nordeste do Brasil, os Jesuítas desde os primórdios de suas atividades catequizadoras, arrumaram problemas: inicialmente com o Bispo Sardinha, depois com os Franciscanos e Beneditinos, especialmente por questões de terras e bens deixados pelos fieis. Apesar disso, Branco (2012, p. 27) chega a colocar que os Jesuítas, assim como as outras Ordens religiosas que se instalaram na região, também pecaram na medida em que fecharam os olhos para o que

acontecia com o restante da indiada que não estava missionada.

Foram, sem dúvida, os Jesuítas que globalizaram a fé Católica a partir do século XVI. As dominações Jesuítas, no mundo, acompanharam a esteira das grandes navegações. Os Jesuítas levaram missionários para todos os continentes do planeta, sendo os grandes precursores do diálogo entre as inúmeras culturas diferentes da Terra. Assim sendo, como o processo de dominação lusa no Brasil tem início nessas plagas, está correto afirmarmos que foi nessa área do território onde se deram as primeiras atividades da Ordem. Foram estes Padres decisivos pela introdução da fé Católica nos Sertões do Brasil.

Segundo Ronaldo Vainfas (2012, p. 14), os Jesuítas “em defesa da Igreja Católica acuada pela Reforma Protestante [...] ganharam o mundo”. Foram verdadeiros soldados hierarquizados que defenderam uma Igreja completamente acuada e quebrada. Fizeram uso do ensino e da catequese para conquistar almas para o catolicismo.

A principal meta dos Jesuítas era difundir a fé cristã junto aos povos. As primeiras atividades de catequização dos Jesuítas ocorreram na África (Congo), a partir de 1548. No Brasil só chegaram em 1549, liderados pelo Padre Manoel da

Nóbrega, na Bahia de Todos os Santos, parte do que hoje é o Nordeste do Brasil.

O plano de aldeamento dos indígenas do Brasil, pelos Jesuítas, só foi escrito em 1557, pelo próprio padre Manoel da Nóbrega. O passo inicial era o de deslocar os indígenas para aldeamentos (missões) controlados diretamente pelos Padres. Segundo Vainfas (2012, p. 16) a missão era perigosa, especialmente com relação aos adultos, daí a doutrinação das crianças. O objetivo dessa doutrinação era o de ajudar o processo colonizador luso no Brasil. Assim, a Igreja Católica, leia-se a Ordem Jesuíta, sempre esteve a serviço dos colonizadores, apesar das intensas brigas entre os da Companhia e colonos e governo.

Para catequizar, os Jesuítas foram estratégicos: adaptaram o Catolicismo, de várias formas, à cultura local, como a Gramática de José de Anchieta, escrita em 1556.

Foram os Jesuítas que conseguiram arrancar da coroa lusa algumas leis proibitivas contra a servidão indígena (SANTOS, 2009). Os colonos lusos sempre resistiram às tais medidas preservacionistas conseguidas pelos Jesuítas. Dessa forma, arrumaram inimigos poderosos em solo brasileiro, especialmente aqueles que capturavam e viviam às custas da indiada escravizada.

No ano de 1640, nos mostra Vainfas (2012, p. 16), houve no Rio de Janeiro a “Botada fora dos Padres”, movimento em que os colonos queriam a saída dos Jesuítas por estes não apoiarem a escravidão indígena. Ainda em 1640, foram expulsos de São Paulo, pelos mesmos motivos das confusões no Rio de Janeiro e antes haviam sido expulsos da Paraíba. No Maranhão, o Padre Antônio Vieira enfrenta os colonos que o põem para correr da região em 1661 e, um ano depois, em 1662, conseguem voltar a região.

Na América Espanhola, os Jesuítas só chegam em 1560, disputando espaço com os já assentados Dominicanos e Franciscanos, pioneiros da catequização do México e Peru. Mas foram apenas nas áreas dos indígenas Guaranis (hoje Uruguai, Paraguai e Brasil) que o seu processo missioneiro sofreu fortes efeitos.

Os serviços prestados a Roma e as Coroas Ibéricas fizeram da Ordem Jesuíta a mais rica do período. Essa riqueza vinha através de doações, esmolas reais e negócios: emprestavam dinheiro, alugavam casas e sítios, tinham inúmeras fazendas, controlavam o comércio das aldeias etc., no que Vainfas (2012, p. 18) afirma que estes “formaram grande patrimônio fundiário nas Américas”.

O negro africano (visto desde o início da colonização como importante mercadoria de elevado valor) era largamente utilizado pelos Jesuítas nas atividades diversas de suas possessões. Para tanto, os Jesuítas chegaram ao ponto de justificar que negros de algumas regiões da África deviam ser escravizados.

No século XVIII, especialmente o Marquês de Pombal, passa a criticar a Ordem, possivelmente por dois motivos: 1. Elevado enriquecimento e, portanto, rivalidade econômica com a Coroa; 2. Forte ligação ao papado romano, um soberano estrangeiro, portanto, não ibérico.

Mas é ainda Ronaldo Vainfas (2012, p. 18) que afirma ter sido a “hegemonia intelectual que os Inacianos exerciam no mundo ibérico [...]” que ia de encontro ao projeto de modernização do despotismo ilustrado que bateu de frente com o governo luso e com as ideias iluministas.

No ano de 1759, os Jesuítas foram expulsos do reino Luso e seus bens confiscados. A França os expulsou em 1762. A Espanha e Nápoles (na época um reino independente dos Estados Pontifícios), os expulsaram em 1767. O Ducado de Parma em 1768. E o papa Clemente XIV (Franciscano), extinguiu a Companhia de Jesus no ano de 1773. Restou aos

Inacianos que não foram presos a opção de deixar o hábito ou ingressar em outra Ordem.

Mas os Jesuítas continuaram a existir ao menos na Rússia da Czarina Catarina, a Grande, e pelo luterano Frederico Guilherme II, da Prússia, que os usavam como professores.

Apenas em 1814 a Companhia de Jesus foi, de fato, reparada, após a destruição cultural e econômica de Roma pelas tropas de Napoleão Bonaparte, da França. Hoje, é considerada a maior dentre todas as Ordens religiosas da Igreja Católica no mundo.

Sabe-se que os Jesuítas foram notáveis educadores.

As primeiras escolas Jesuítas foram chamadas de Confrarias do Menino Jesus, embriões dos primeiros seminários criados no Brasil colonial. A primeira confraria foi fundada pelo Padre Nóbrega, em São Vicente, no ano de 1554.

Esses primeiros colégios que juntavam indígenas e brancos existiram apenas por cerca de dez (10) anos e tinham como principal objetivo o de formar futuros sacerdotes. No final do século XVIII, os novos colégios passaram a ter duas funções: formar sacerdotes e aristocratas para a administração colonial.

Durante todo o século XVII, vários colégios Jesuítas foram fundados na nascente colônia: Rio de Janeiro, Olinda e Bahia foram os maiores. É digna de nota a fundação de uma casa de missionários no ano de 1727, no Sertão do Ceará, em Aquirás. Lá, congregavam-se os filhos dos moradores dos Sertões. Esses colégios e missões nos interiores das capitanias eram bem vistos pela administração colonial, pois se via aí uma maneira de manter sobre controle, especialmente, a indiada.

No século XVIII é que surgem os seminários episcopais, ligados e administrados pela Diocese em várias partes da colônia: Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo etc., e, especialmente na Paraíba. De forma geral, é correto afirmar que, durante parte significativa do período colonial brasileiro, a formação sacerdotal do clero esteve sob a égide dos Jesuítas. Com a expulsão destes, cria-se uma espécie de caos social com relação à educação, à moral e aos bons costumes dos jovens da colônia (PRIORE, 1997).

1.3.1 As querelas entre Jesuítas e outras Ordens no Brasil e na Paraíba

Data de 1585, quando do início da colonização da capitania da Paraíba, a chegada dos Jesuítas e o início de seu

trabalho missionário, sendo, portanto, a primeira Ordem religiosa a atuar na Paraíba.

Brito (2013, p. 51), erroneamente afirma que estes Padres mantiveram-se subordinados apenas à Cúria Romana. Errado: os Jesuítas, em verdade, cumpriam quatro (04) votos: castidade, pobreza, obediência aos superiores e obediência ao papado romano. Era impossível, devido ao padroado, uma Ordem religiosa vir para o Brasil sem autorização das Coroas Ibéricas.

A questão dos colonos buscarem ainda muito cedo a expulsão dos Jesuítas da capitania está ligada à rebeldia desses religiosos em só cumprir ordens previamente oriundas da Igreja, mas também, não deixaram de cumprir as ordens reais. Os Jesuítas, ao contrário das outras Ordens religiosas, não aceitavam, de bom grado, as ordens diretas do capitão-mor, especialmente àquelas que visavam às guerras justas⁵ e à escravidão indígena. Entretanto, sabe-se que os Jesuítas sempre mantiveram indígenas e negros em situação de servidão em suas missões, fazendas e colégios.

As rixas entre Jesuítas e Franciscanos foram constantes em todo o Brasil. A explicação talvez venha do apoio dado aos Franciscanos na Paraíba, já que eles aqui

⁵ **Guerras travadas contra os indígenas arredios, contrários ao processo de colonização europeia.**

chegaram com terras próprias e recursos essenciais para o desenvolvimento de suas atividades missionárias, enquanto que os Jesuítas pouco receberam em termos de apoio financeiro para dar início de forma ampla ao seu processo missionário. Frei Manuel da Ilha (1975, pp. 16-17) afirma que os Jesuítas quando do início da colonização da Paraíba “[...] ainda esperavam da parte do Rei os estipêndios e as rendas com que viver”.

As primeiras missões Jesuítas da Paraíba faziam parte das chamadas aldeias das fronteiras⁶. Brito (2013, p. 52) coloca que os meirinhos foram os principais responsáveis pelo desmantelamento destas aldeias, pois estes teriam que viajar constantemente para pôr ordem no lugar. Isso é vago e sem lógica, pois os meirinhos eram, quase sempre, indígenas das aldeias, portanto, já viviam ali. A verdade, se é que ela existe, é que os Jesuítas passaram desde cedo a querer interferir na vida política e econômica da cidadela e a monopolizar o uso de indígena manso em certas atividades, alugando-os ou, tempos depois, usando-os em atividades nas missões que enriqueceriam mais a Ordem, indo de encontro aos propósitos do colonizador. Assim, cria-se certa ciúmeira com os Franciscanos, gerando discórdia entre as duas Ordens e

⁶ Aldeias localizadas próximas à cidadela de Filipeia, que serviam para guarnecer as fronteiras da dita cidade contra inimigos indesejáveis.

governo civil, que abertamente era a favor do controle das missões pelos Franciscanos, mais fáceis de serem manipulados que seus rivais, os Jesuítas. Tudo isso levou a um descrédito da Ordem Jesuíta junto ao capitão-mor, que escreve a Felipe II comunicando os desafetos entre Jesuítas e Franciscanos e suas consequências negativas para o desenvolvimento da nascente capitania e para a segurança de Filipeia.

O Cardeal Alberto, respondendo à apelação do capitão-mor da Paraíba e seguindo as ordens de Felipe II, determinou que os Jesuítas saíssem da capitania, ordenando que os Franciscanos passassem a doutrinar o gentio. Isto ocorreu em 1593, sendo a primeira expulsão dos Jesuítas da Paraíba. Na mesma Carta Régia, as ordens eram mais brandas com relação aos Franciscanos, sendo que estes seriam apenas repreendidos e os Jesuítas expulsos caso cometessem faltas.

Frei Ilha (1975, p. 129) afirma que em carta enviada ao Tribunal dos Governadores, em Salvador, os Franciscanos em tudo ajudavam no processo “civilizatório”, enquanto que os Jesuítas, em muitos casos, ou se negavam a alguns serviços ou eram omissos, especialmente quando se precisava de mão de obra indígena para as construções militares e/ou utilizá-los como soldados nas tropas de linha, negavam-se a esse papel.

Existem vários relatos na literatura de época em que os Franciscanos foram muito mais atenciosos para cumprirem às ordens reais do que os Jesuítas; essa rebeldia custar-lhes-ia, em alguns momentos, muito caro.

Coube ao capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, que assumiu os destinos da capitania em 1592, dar início às entradas para o interior partindo do Litoral, nisso solicitou indígenas das aldeias de Braço de Peixe e de Assento de Pássaro (São Francisco), formando-se então um pequeno aldeamento indígena para guardar o engenho de Duarte Gomes da Silveira, o Inhobi. No geral, o governador desejava dilatar o cerco de aldeia, aumentando assim o raio de domínio da cidadela. Nesse ínterim, os Jesuítas não acataram as ordens do capitão-mor e não aceitaram a saída da Aldeia de Braço de Peixe, afirmando que não eram os colonos que deveriam ser protegidos mas sim os indígenas (JABOATÃO, 1861).

Não tolerando a insubordinação dos Jesuítas, o capitão-mor Feliciano Coelho foi, no dia 20 de abril de 1593, repreender os Jesuítas em seu aldeamento, obrigando-os a remover os indígenas para a nova aldeia de Iguaraguaig e ainda dividiu a aldeia em duas: uma parte dos indígenas foram para Iguaraguaig e a outra parte para uma aldeia localizada a mutante de Iguaraguaig. A antiga aldeia de Braço de Peixe foi

totalmente destruída para que seus antigos moradores não voltassem (ALMEIDA, 1978).

Dessa forma, os Jesuítas negaram-se a prestar a devida assistência religiosa às novas aldeias, reclamando junto ao Governo Geral das atitudes de Feliciano Coelho, exigindo indenização pela destruição da aldeia e alguns bens materiais. Portanto, é possível que o bem mais precioso desta aldeia de Braço de Peixe, a pequena capela na Ilha do Bispo, tenha vindo abaixo quando Feliciano Coelho ordena a destruição total do lugar.

As denúncias junto ao Governador Geral surtiram poucos efeitos. Feliciano Coelho queixou-se junto ao dito governador, difamando os Jesuítas e afirmando que as denúncias contra esses religiosos já vinham desde o início da colonização da capitania. Em 14 de setembro de 1593, Felipe II em Carta Régia ao governador da capitania e, lógico, à direção da Ordem instalada na capitania de Pernambuco, ordena que as missões Jesuítas passem para os Franciscanos e que, os primeiros, deixassem a capitania da Paraíba (ILHA, 1975, p. 134). Assim, em 1593, as cinco missões consideradas de fronteiras estavam nas mãos dos Franciscanos e os Jesuítas desapropriados de seus bens e expulsos da Paraíba.

1.3.2 Os Jesuítas voltam à capitania da Paraíba

É irreal a ideia de que os Jesuítas foram contrários à escravidão indígena na Paraíba e que isso teria motivado a expulsão da Ordem em 1593. Em verdade, é que os Jesuítas apresentavam interesses contrários aos dos colonizadores, queriam posses, inclusive de indígenas para fazer-lhes trabalhar e trazer bons frutos para os Padres e a Ordem.

Os Jesuítas eram tidos pela própria corte como os mais adequados à catequização, devido ao novo modelo por eles criado. Assim, apesar de alguns problemas com os colonos locais, suas ações eram bem vindas e eficazes, devido à hostilidade dos indígenas em sempre freiar o processo civilizatório, tanto é que os Jesuítas montaram missões em toda a capitania: do Litoral aos Sertões.

Diogo Botelho, ainda no século XVI, Governador Geral do Brasil, pede ao maioral da Companhia de Jesus, Fernão Cardim, para que mande seus Padres para o Brasil no intuito de ajudá-los na colonização, especialmente nas capitanias do Norte.

Voltando à temática deste subtítulo, os Jesuítas só voltaram às terras paraibanas no ano de 1683, mas segundo Guerreiro (1605), já em 1602 com a saída de Feliciano Coelho de Carvalho do comando da capitania e a subida ao poder de

André de Albuquerque, os Jesuítas retomaram algumas poucas atividades em terras paraibanas. Assim, está correto afirmar que os ditos Padres passaram cerca de nove (09) anos fora da capitania.

Essas atividades, após o progressivo retorno de 1603, ficaram restritas a visitas de aldeamentos, onde realizavam algumas atividades simples como: casamentos, confissões, administrações de outros sacramentos etc., justamente porque lhes faltava casa de moradia.

Datam deste período, segundo Serafim Leite (2006), às primeiras tentativas de descimentos dos Potiguaras da parte mais interiorana para as proximidades do Litoral. A partir destas investidas, começa também o contato com os grupos indígena Tapuias, no que irá contribuir substancialmente para algumas missões nos Sertões e instalações de fazendas criatórias. Foi assim que, só no Litoral e em suas proximidades, os Jesuítas foram formando, ao longo do tempo, 16 (dezesseis) aldeamentos com milhares de indígenas e, a maior dela, possivelmente, foi a do cacique Pau Seco, que segundo Brito (2013, p. 77), contava com mais de três (3) mil indígenas (GUERREIRO, 1605).

Devido à grande quantidade de aldeias e ao excessivo número de indígenas nas mesmas, bem como aos poucos recursos em termos de aparato religioso, muitos desses

indígenas não foram doutrinados, mas o interessante é notar que mesmo assim os Jesuítas conseguiam persuadir os indígenas a torná-los mansos, essencial ao serviço da colonização. No geral, estes Padres passaram neste momento a ser bem vistos por proporcionarem a paz necessária entre os indígenas e os colonizadores usurpadores de suas terras, no que questionamos: Qual o verdadeiro papel dos Padres em amansar a indiada? Não seria o de proporcionar melhores condições de entrada do homem branco nas antigas áreas indígenas? Possivelmente sim. Assim, o papel dos Jesuítas nesse segundo momento passou a ser igual ao das outras Ordens, qual seja: facilitador do processo civilizatório.

É certo que, antes de 1602, os Jesuítas já voltavam a atuar na capitania. Pois, em 1599 o Padre Jesuíta Francisco Pinto e o maioral dos Potiguaras, Pau Seco, selaram o acordo de paz. Não se sabe se esse Padre vivia na Paraíba, mas é possível que o mesmo tenha vindo de Pernambuco com tal incumbência.

Ainda nesse período (a partir de 1602/03) é bom observar que os Jesuítas tornaram-se uma espécie de visitantes, comum, inclusive naquele período em que a escassez de religiosos era imensa, porque a ordem que os expulsou da capitania partiu de Felipe II, rei das coroas Ibéricas no período, sendo que o novo capitão-mor não tinha o

poder de revogar tal decisão régia. Tal situação era motivo de preocupação para os que governavam a capitania no período, pois os Jesuítas estavam impossibilitados de atuarem aqui, os Beneditinos acabavam de chegar e não estavam, ainda, estruturados e os Franciscanos estavam muito atarefados e com poucos religiosos para dar cuidados a muitos indígenas. Tudo isso só poderia gerar, no futuro próximo, problemas sérios para a governança da capitania. Enfim, revogou-se a Lei Régia e os Jesuítas ainda no século XVII, retomaram suas atividades na Paraíba.

1.4 A atuação geral dos Jesuítas na Paraíba

Desde os primórdios da conquista da Paraíba, com Martim Leitão, têm-se notícias da presença dos Padres da Companhia de Jesus no processo de catequização, como sendo um dos primeiros a atuar no território.

Segundo o testamento de João Fernandes Viera, no século XVII, os da Companhia de Jesus chegaram a ter ao menos três engenhos de açúcar na capitania; possivelmente estes dados se referem a um período posterior à expulsão dos holandeses, ou seja, na segunda metade do século XVII (LEITE, 2006, p. 357). Antes, os Jesuítas já atuavam na Paraíba no processo de catequização. O Padre Secular João

Vaz Sarlem dos Santos, juntamente com os Jesuítas, começaram a construir em 1586, a Igreja de Nossa Senhora das Neves, sendo a primeira paróquia da Paraíba.

É certo que com a chegada dos holandeses na região, inicialmente em Pernambuco, os Padres Jesuítas dessa capitania foram deslocados para a Paraíba com sua gente escrava e seus bens. Expulsos os holandeses, os Padres da Companhia lotados na Paraíba, especialmente certo Antônio de Viveiros, vigário da Matriz e geral da capitania Real da Paraíba, juntamente com o capitão Antônio Cardoso de Carvalho, fundaram sua casa própria na década de 1670, tendo ainda terras e um soldo de 4.000 cruzados oferecidos pelo então capitão-mor de capitania. A Casa dos Jesuítas⁷ na Paraíba, segundo nos relata Serafim Leite (2006, p. 357), teria sido aberta em 1683, pelo Padre Diogo Machado. No geral, quando da estadia dos Padres da Companhia na cidade de Parahyba, os bens a serem doados à Companhia eram muitos, no que é notória a influência que estes Padres desempenhavam na região.

⁷ Entende-se aqui como Casa dos Jesuítas, segundo Serafim Leite (2006, p. 358), como sendo um local onde se praticava, com os do lugar, o estudo primário e secundário, ou seja, um Colégio Jesuíta. Era comum que esses colégios sofressem desdobramentos em duas seções: 1. Colégio para aqueles de famílias abastadas; e , 2. Seminários para os internos.

O Colégio da Parahyba teve por iniciativa de criação do Padre Jesuíta Gabriel Malagrida, quando este visitou a Paraíba em 1745. O colégio fora edificado a partir de doações.

Como exemplo tem a doação do próprio governo da capitania, a quantia de \$20000 réis, datado o alvará de 04 de março de 1751 (LEITE, 2006, p. 358), outros benfeitores como Manuel da Cruz Lima e sua mulher, D. Luisa do Espírito Santo, também fizeram doações para a edificação de tão importante obra precursora do ensino na capitania. Também consta nos apontamentos de Serafim Leite que estas doações serviam para custear as cátedras de Filosofia, Latim e primeiras letras, no dito colégio.

No ano de 1757, período bem próximo à expulsão total dos Jesuítas da Paraíba, o seminário já funcionava anexo ao Colégio, mas sem que estivesse totalmente concluído. O último reitor do Colégio dos Jesuítas teria sido o Padre José Xavier.

Serafim Leite (2006, pp. 358-359) traz uma relação dos superiores e reitores do Colégio da Parahyba. Já no período da chamada Segunda Residência dos Jesuítas na Paraíba⁸ (Quadro 1).

⁸ Notem que em alguns momentos a denominação dos superiores do colégio e do seminário muda, sendo utilizados os seguintes nomes

AS FAZENDAS DE GADO DOS JESUÍTAS NA PARAÍBA COLONIAL

No ano de 1732, devido à falta de cuidados básicos e provavelmente de recursos, a Igreja de São Gonçalo, erguida junto ao colégio e a residência, ameaçavam cair, talvez por conta da falta de doações e apoio do governo, o que já demonstra existir certo ranço entre a Ordem de Jesus, o estado Luso e a população local.

Nº de ordem	Título/Cargo	Nome do Padre Superior	Período de coordenação (início)
01	Superior	Diogo Machado	1683
02	Visitador	Barnabé Soares	1685
03	Superior	João Dias	1687
04	Superior	Miguel de Andrade	1692
05	Superior	Barnabé Soares	1699
06	Superior	José Coelho	1701
07	Superior	Antônio dos Santos	1705
08	Superior	Pedro Pinto	1712
09	Superior	Miguel da Costa	1718
10	Superior	Antônio de Moraes	1721
11	Superior	Miguel da Costa (Segunda Vez)	1726
12	Superior	Cosme Pereira	1729
13	Superior	Luiz de Mendonça	1731
14	Superior	Manuel Ferreira	1733
15	Superior	Antônio Leitão	1737
16	Superior	Francisco de Lira	1741

para identificar o superior da Ordem no período: superior, visitador, vice-reitor e reitor.

17	Superior	Tomás ou Tomé da Costa	1743
18	Superior	Manuel de Seixa	1748
19	Superior	Domingos Gomes	1749
20	Superior	Francisco Buitrago	1750
21	Superior	Antônio dos Reis	1751
22	Vice-Reitor	Antônio da Cunha	1754
23	Reitor	José Xavier	1757

Quadro 1 – Coordenadores do colégio da cidade da Parahyba em sua segunda residência.

Fonte: Serafim Leite (2006, pp. 358-359).

Data do ano de 1736 o início da construção de uma nova Igreja Jesuíta, com poucos recursos e, só em 31 de julho de 1754 (dia dedicado a Santo Inácio de Loyola) é que a igreja estava parcialmente pronta, inclusive com um belo altar de madeira. Com a expulsão dos Jesuítas da capitania, a igreja de São Gonçalo foi entregue ao Padre Secular Manuel Félix. Durante décadas a Igreja de São Gonçalo ficou sem culto e só em 29 de julho de 1829 é que entrou a Confraria⁹ dos Militares e tomou posse da Igreja do Colégio, agora Igreja da Conceição desde o ano de 1912.

⁹ São comunidades religiosas portadoras de um estandarte que tinha estampado no tecido a imagem do santo protetor da confraria. Nesse caso, essa confraria era constituída por militares das tropas de linha.

1.4.1 A catequização Jesuíta na Paraíba

Foram, sem dúvidas, os Padres Jesuítas a dar início às primeiras atividades de catequização junto aos indígenas da capitania, graças as suas participações de pacificação indígena dos primeiros anos do contato. É possível que a catequização Jesuíta tenha tido início com os indígenas da *Aldeia do Braço de Peixe*.

Saindo os Jesuítas da Paraíba, as suas atividades catequéticas foram entregues aos Franciscanos e outras Ordens que aqui chegaram como os da Ordem de São Bento. No entanto, nos relata Serafim Leite (2006, p. 30) que essas Ordens não deram conta do recado e os Jesuítas foram novamente chamados, mas não aceitaram, neste momento (?), reassumirem as atividades na capitania da Paraíba por estarem deveras ocupados em outras regiões do Brasil.

É sabido que algumas aldeias no Sul da Paraíba foram administradas pelos Jesuítas, e foi com a chegada dos holandeses à região que os Jesuítas voltaram a intensificar suas visitas à capitania.

Os Jesuítas criaram uma infra-estrutura de ensino sem precedência no Brasil. Inclusive, durante sua presença na colônia, foi criado um seminário Tridentino ou Diocesano, no ano de 1748.

O convento dos Jesuítas na cidade de Parahyba foi por volta de 1810, quando Henry Koster descreveu a cidade, o Palácio do Governador e o Ouvidor também o ocupava como residência e repartição. Portanto, temos mais um bem tomado dos Jesuítas e usado pelos lusos para a esfera administrativa.

Os primeiros Padres Jesuítas missioneiros a se instalarem na Paraíba com a função de catequização foram: Simão Travassos, Jerônimo Machado e Baltazar Lopes (LEITE, 2006, p. 180). Coube, portanto, aos Jesuítas, a primazia pelo início do processo de catequização dos indígenas de Piragibe (Tabajaras).

De acordo com Serafim Leite (2006, p. 180), uma das primeiras medidas tomadas por Feliciano Coelho, a partir de 1589, foi mudar as aldeias de seus antigos lugares. A partir de querelas entre os Padres da Companhia e os do Hábito de São Francisco, mediante denúncias do capitão-mor Feliciano Coelho, o Cardeal Alberto, em nome de Felipe II (I em Portugal), expulsa os Jesuítas e dá aos Franciscanos a incumbência de catequizar o gentio da Paraíba. A determinação de Feliciano Coelho, que tanto desagradou aos Jesuítas, foi espalhar as aldeias pela região, que recaía na importância da defesa do território, no que se percebe, claramente, o uso dos indígenas para mais esta atividade penosa.

É notório que, possivelmente, o mal-estar que de fato contribuiu para a saída dos Jesuítas da Paraíba foi, também, a intromissão dos Franciscanos em suas coisas (aldeias e vida dos indígenas aldeados pelos Jesuítas). Serafim Leite (2006, p. 182), numa brilhante passagem, afirma que: “a invasão de um campo já cultivado por outros não produz nunca frutos de paz. Dividem-se os espíritos”.

Assim como os Jesuítas, os Franciscanos também não agradariam a Feliciano Coelho e, quatro anos depois (1596), foram estes, também, expulsos da Paraíba.

Definitivamente, foram expulsos do Reino em 1759, especialmente no Brasil. No período, os Jesuítas possuíam aqui: 25 residências religiosas, 36 missões e 17 colégios, seminários e vários seminários menores¹⁰, além de ao menos dez (10) fazendas de gado na Paraíba.

No processo de extinção, antes da expulsão dos Jesuítas, criaram-se, inicialmente nas aldeias missioneiras, os Diretórios para ensinar o básico aos indígenas. Os mestres e as mestras dos Diretórios eram pagos pelos pais dos pequenos indígenas que ali estudavam.

No geral, com a “canetada” de Pombal em 1759, extingue-se no Brasil um sistema educacional que vinha, até

¹⁰ Colégios onde se ensinava a educação básica e leiga.

certo ponto, funcionando, em troca um sistema novo de ensino foi instalado, que não vingou.

As escolas Jesuítas fechadas foram aos poucos sendo ocupadas por Padres e Monges de várias Ordens católicas e por alguns da colônia que sabiam ler e escrever. Em síntese, o sistema que já era precário tornou-se um caos geral.

Na Paraíba, houve casos de professores de Pernambuco que se recusaram a vir para a capitania, com medo que não fosse pago pelo governo, tal era o caos instaurado na educação com a expulsão dos Jesuítas.

Em síntese, essa crise abalou sensivelmente o já esfacelado processo de formação dos religiosos do Brasil, que agora, estavam desobrigados de suas atividades mais uma vez, inclusive de leitura, como bem observou Del Priori (1997, p. 68).

Em janeiro de 1759, forjavam-se na Europa notícias contra a Companhia de Jesus. Em maio do mesmo ano, veio à ordem do reino para fechar as escolas dos que eram estes que praticamente estavam encarregados do ensino na colônia: em 1^o de junho os alunos do seminário da Paraíba se despedem, privando a capitania dos Padres e dos alunos que para ali acorriam.

No geral, todas as Ordens religiosas que existiam na Paraíba nesse período se mostraram solidárias aos Jesuítas.

Já em janeiro de 1760, fez-se o grande inventário dos bens dos Jesuítas na Paraíba. Esses Padres deixaram a Paraíba (o colégio, seminário e o que ainda restava de seus bens), no dia 6 de fevereiro de 1760, com destino a Pernambuco, para de lá serem expulsos da colônia e, por extensão, do reino, sendo exilados para a Europa. O colégio e o seminário dos Jesuítas foram transformados em Palácio do Governo logo após a expulsão dos Padres da Companhia (LEITE, 2006, p. 360), as fazendas de gado foram confiscadas, depois doadas e/ou vendidas.

1.5 A expulsão dos Jesuítas do Brasil: O Diretório Pombalino de 1759

Sem dúvida que os Padres da Companhia de Jesus foram, por muito tempo, os oficiais do rei e do papado na arte missioneira no Brasil. No ano de 1580, quando a Espanha passou a controlar o Brasil e o território beira-mar da Paraíba, estava em fase inicial de dominação e subjugação dos indígenas, já existia no Brasil mais de setenta Padres da Companhia, sendo a maioria de origem portuguesa.

Em 1581, os Jesuítas já tinham no Brasil um patrimônio elevado em bens materiais e espirituais: 75 estabelecimentos missionários só na Bahia, 20 no Rio de Janeiro, 16 em

Pernambuco, 73 em São Vicente, 4 em São Paulo, 6 no Espírito Santo, 6 em Porto Seguro e 6 em Ilhéus, num total de 206 estabelecimentos¹¹.

Gilberto Freyre (1998) em *Casa-Grande & Senzala*, afirma que apenas os negros da África eram barrados nas escolas dos Jesuítas, demonstrando com isso que os interesses destes Padres eram praticamente os mesmos do governo Luso/Espanhol, o de lucros com o tráfico negreiro africano. Daí, possivelmente, a labuta dos da Companhia em evitar a escravidão dos “Negros da Terra”, ou seja, dos indígenas. Só em 1686 é que os Jesuítas, cumprindo ordens do rei, começaram a aceitar negros em suas escolas, assim como ocorria nas escolas de Évora e de Coimbra, ambas no reino (Portugal).

Com a União das Coroas Ibéricas (1580 – 1640) e o início da Dinastia Filipina sob o comando espanhol, houve uma maior flexibilidade neste ponto e, outras Ordens vieram para o Brasil, como: Franciscanos, Beneditinos e Carmelitas. Esse movimento foi tão importante que na última década do século

¹¹ Estes estabelecimentos iam desde suntuosos colégios com três cursos (Elementos Naturais, Humanidades e Teologia), engenhos e fazendas de gado, além, claro, de aldeamentos onde os indígenas eram doutrinados.

XVI, os Franciscanos abriram seu primeiro convento para religiosos em Olinda.

Os Jesuítas no século XVIII, da Europa, eram tudo de mais formidável que existia em termos de intelectualidade. Os Padres eram escolhidos minuciosamente. Os colégios rigorosos com a formação dos religiosos. A grandiosidade Jesuíta na Europa, de acordo com um censo oficial feito em 1749, em termos de Colégios, só na Itália somavam 133, 105 em Espanha e 89 na França.

Mas o grande mal dos Jesuítas foi o de “agitarem com vigor excessivo o caldeirão político” (BLAINEY, 2012, p. 243). Notadamente porque a Ordem Jesuíta era constituída pela elite letrada da época. Assim, os Jesuítas defendiam fervorosamente a Igreja Católica frente às conturbações religiosas e políticas do período.

Os Jesuítas foram invejados pelas outras Ordens católicas. Eram notáveis nas ciências e nos conselhos dados aos monarcas. Onde os Jesuítas trabalharam como missioneiros, despertaram a inveja, sendo acusados, por exemplo, em todo o reino português, de tirar proveito dos laços de amizade com a realeza, beneficiando-se e, ao mesmo tempo, apagando as outras Ordens.

Pombal, que governou Portugal com o consentimento real, rompeu relações com a Companhia de Jesus, alegando, entre outras coisas, abuso de poder dos Jesuítas, rivalidades políticas, enriquecimento e não obediência ao Padroado Régio. Assim, em 1759, a Companhia foi banida das terras Lusas.

Na França, os Jesuítas foram expulsos no mesmo período de sua expulsão de Portugal, criticados pelas atividades comerciais que exerciam na Martinica, nas Índias Ocidentais, além de enormes dívidas que contraíram e não pagaram. Em 1762, investigados por vários crimes, concluiu-se que os Jesuítas eram prejudiciais à religião, à moral e aos bons costumes do povo francês. Suas propriedades foram confiscadas e, em seguida, foram banidos do território francês.

Na Espanha, onde a Ordem nasceu, foi considerada uma grande ameaça à monarquia, porque os Padres da Companhia haviam feito um voto de obediência ao papa, portanto, as ordens dos reis pouco eram obedecidas. Foram expulsos do reino espanhol em 1767.

Não é certo afirmar que os Jesuítas foram totalmente expulsos das colônias. Alguns monarcas não católicos, durante algum tempo, permitiram a permanência Jesuíta em algumas colônias. Mas foi com o Papa Clemente XIV,

pressionado pela França, Espanha e por vários estados da Itália, além de Portugal, que dissolveu a Companhia de Jesus. Em verdade, os Jesuítas não foram, de todo, extintos. Em locais onde o papado romano não tinha influência, como: Rússia, Prússia, Inglaterra, Holanda etc., os da Companhia continuavam atuando como missionários. Apenas no ano de 1814, no papado de Pio VII, é que os Jesuítas foram readmitidos em terras católicas sob influência de Roma.

CAPÍTULO II

2. AS FAZENDAS DE GADO DOS JESUÍTAS NA PARAÍBA COLONIAL

A Fig. 5 apresenta, de forma pormenorizada, a localização das dez (10) fazendas de gado identificadas durante nossa pesquisa, que pertenceram à Ordem Jesuíta na Paraíba. O Quadro 2 traz os nomes das fazendas e suas possíveis atuais localizações.

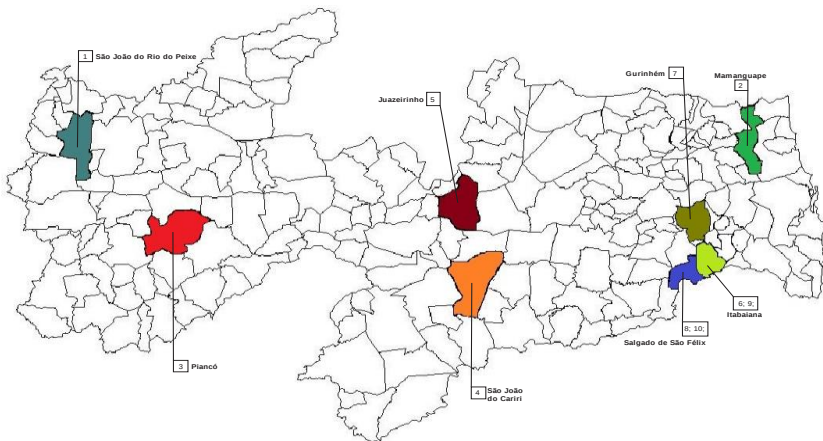


Fig. 5 – Localização atual das antigas fazendas de gado pertencentes à Ordem missioneira Jesuíta na Paraíba colonial.

OBS – Municípios em destaque por cores identificando onde ocorreram as fazendas. As numerações indicam a localização e o respectivo município.

LEGENDA:

01 – Fazenda Brejo dos Freiras – São João do Rio do Peixe.

02 – Fazenda Mamanguape – Mamanguape.

03 – Fazenda Areial da Formiga – Piancó.

04 – Fazenda Cariris de Fora – São João do Cariri.

05 – Fazenda Mucuitú – Juazeirinho.

06 – Fazenda Cachoeira – Itabaiana.

07 – Fazenda Boqueirão – Gurinhém.

08 – Fazenda Dois Riachos – Salgado de São Felix.

09 – Fazenda Renanso – Itabaiana.

10 – Fazenda Puá – Salgado de São Felix.

2.1 O que foi e quais os propósitos das fazendas de gado?

As fazendas de gado dos Jesuítas, explica Serafim Leite (2006, pp. 500-501), eram redutos que tinham como principal objetivo abastecer o Colégio da cidade de Parayba. Essas fazendas eram pequenos núcleos de povoamento sem administração, totalmente autônomas, das quais não existem anotações precisas nos Catálogos das Coisas/Bens dos Jesuítas.

No ano de 1757, existiam, segundo Leite (2006, p. 500), apenas três (03) fazendas de gado dos Jesuítas ligadas ao Colégio da Parayba e, no ano de 1759, já existiam ao

menos dez (10) fazendas: a de Mamanguape, que contava com dezoito (18) escravos e quatrocentos e dezenove (419) cabeças de gado vacuum e setenta e três (73) cavalos; a fazenda da Formiga, no Arraial da Formiga, no Piancó e a fazenda do Quiriri, sendo esta última uma espécie de sede administrativa de diversas outras existentes nos Sertões de Dentro e de Fora: sendo uma nos Cariris de Fora – São João do Cariri – e a fazenda Mucuitú, e mais cinco (05) fazendas na região de Itabaiana que com o passar do tempo sofreu intenso desdobramento, surgindo vários municípios: fazenda da Cachoeira, Boqueirão, Dois Riachos, Remanso Grande e Puá, todas ligadas ao Colégio da Parayba e à feira de gado de Itabaiana, além de uma das mais importantes: a de Brejo das Freiras.

Consta que a de Mamanguape, por estar no Litoral, era uma das principais. As fazendas, segundo Leite (2006, p. 500), eram pequenos núcleos de povoações, com uma pequena casa dos trabalhadores e uma casa/senzala para os escravos. Por se tratar de uma fazenda que estava toda ligada à casa da Parayba, tinha como principal objetivo o de servir de gado, montar e peles o colégio da capital e às missões indígenas da Ordem. Serafim Leite (2006, p. 501) ainda coloca que essas fazendas além de função econômica eram, também, centros de catequeses.

AS FAZENDAS DE GADO DOS JESUÍTAS NA PARAÍBA COLONIAL

O Quadro 2 apresenta as fazendas de gado dos Jesuítas quando da expulsão dos mesmos do Brasil, no século XVIII, graças ao Diretório Pombalino e, a seguir, apresentamos as principais características geo/históricas/arqueológicas de cada lugar.

Ordem	Nome das fazendas	Localização atual/município
01	Brejo das Freiras	São João do Rio do Peixe
02	Mamanguape	Mamanguape
03	Da Formiga	Piancó
	GRUPO DE FAZENDAS DO QUIRIRI (CARIRIS VELHOS)	
04	Cariris de Fora	São João do Cariri
05	Mucuitú	Juazeirinho
	GRUPO DE FAZENDAS DA REGIÃO DE ITABAIANA	
06	Cachoeira	Itabaiana, mas o local não foi localizado
07	Boqueirão	Boqueirão de Guriém, município de Guriém
08	Dois Riachos	Distrito de Dois Riachos, município de Salgado de São Félix
09	Remanso	Itabaiana, mas o local não foi localizado
10	Puá	Salgado de São Félix, mas o local não foi localizado.

Quadro 2 - Fazendas de gado dos Jesuítas até o ano de 1759, na capitania da Paraíba.

A não localização geográfica de algumas fazendas de gado deve-se a alguns fatores verificados: 1. Desmembramento territorial dos municípios, especialmente Mamanguape e Itabaiana; 2. Compra de terras na região, que passavam a adotar outros nomes; 3. Possível confisco de algumas fazendas por parte da coroa Lusa e, conseqüentemente, a venda e a mudança de nomes; 4. Abandono da área e esquecimento dos nomes das antigas fazendas, já que a área do município de Itabaiana, por exemplo, sofreu forte queda econômica nos séculos passados, seja pela decadência das plantações de cana de açúcar, algodão ou as atividades criatórias e comércio do gado. No geral, as outras Ordens religiosas não tiveram, na Paraíba, este tipo de atividade, sendo uma característica dos da Companhia de Jesus, ao menos no tocante ao tamanho das propriedades e importância.

2.2 Metodologia utilizada para descrever os possíveis lugares das fazendas de gado dos Jesuítas na Paraíba colonial

Foi criado um questionário informativo para descrever os pormenores de cada fazenda com o objetivo prático de homogeneizar as informações obtidas. Assim temos:

01. FAZENDA BREJO DAS FREIRAS.



Fig. 6 - Pequena capela existente na Estância Hidromineral de Brejo das Freiras, São João do Rio do Peixe, Paraíba, Brasil.

Crédito da imagem: Coleção particular do autor.

1. Nome da fazenda de gado:

Fazenda Brejo das Freiras.

2. Localização geográfica provável da fazenda (em caso de não mais identificar o local, utilizar como referência a Igreja Matriz do município atual) (coordenadas):

O local encontra-se totalmente descaracterizado. Existe atualmente o hotel balneário de águas termais de Brejo das Freiras, pertencente ao Governo do Estado. Na área do hotel existe uma pequena capela de construção recente, a qual tomou como base de coordenadas:

Altitude: 275m; Latitude Sul: 06° 40' 35.0"; Longitude Oeste: 38° 29' 53.3".

3. Ordem religiosa proprietária da fazenda:

Jesuíta.

4. Data provável do início da fazenda:

Anterior a 1757.

5. Data provável da extinção da fazenda:

1759, com o Diretório Pombalino.

6. Motivo pela qual a fazenda foi extinta:

Expulsão dos Jesuítas do Brasil.

7. Grupo(s) indígena(s) que trabalhou na fazenda de gado:

Desconhecido, mas possivelmente foram os Tarairiús, pois a região era área de atuação desse grupo humano (BORGES, 1993), além de negros escravos.

8. Destino que era dado ao gado da fazenda:

Comercialização.

9. Município atual da localização da fazenda:

São João do Rio do Peixe.

10. Destino final da fazenda:

Doada às Freiras do Convento da Glória da cidade do Recife.

11. Situação atual da fazenda (estrutural):

Parcialmente conservado. Atualmente funciona no local a estância Termal de Brejo das Freiras, de propriedade do Governo do Estado da Paraíba.

12. Identificação de estruturas das edificações da fazenda:

Sim.

13. Situação atual em que se encontra o solo arqueológico das construções principais da fazenda e seu entorno:

Pouco conservada, mas oferece condições de receber intervenções arqueológicas em alguns pontos.

14. Condições de receber intervenção arqueológica: (X)

Sim () Não

- Por quê?

Apesar de o local ter sofrido fortes modificações estruturais, alguns locais foram preservados.

15. Identificação “in loco” de possíveis formas de reações dos grupos humanos indígenas ali mantidos:

Não.

16. O que sabe a população residente na área acerca da antiga fazenda?

Que ali foi antiga fazenda de gado dos Jesuítas.

17. Identificação da cultura material e imaterial dos que ali viveram?

Não.

18. Identificação da cultura material dos indígenas utilizados nas atividades cotidianas da fazenda?

Não.

19. Histórico geral da fazenda:

Brejo das Freiras já foi Vila do município de Antenor Navarro, hoje, São João do Rio do Peixe. Brejo já foi chamado de Pilões. O nome de Brejo das Freiras foi instituído a partir do Decreto-Lei estadual n. 520, de 31 de dezembro de 1943.

Brejo das Freiras tornou-se famosa devido à existência de uma fonte termal, conhecida pelos indígenas desde tempos pretéritos. Os colonizadores deram o nome ao poço de 'Poço de Adão'. Hoje a área é propriedade do Estado e ocupa uma estância balneária.

Segundo Coriolano de Medeiros (1950, pp. 41-42), a área teria sido ocupada por três Padres Jesuítas antes do Governo Pombalino e ali se aproveitaram da própria natureza favorável e instalaram grande fazenda de gado, não sendo, portanto, uma missão religiosa.

Com Pombal e a expulsão dos Jesuítas, em 1759, das possessões portuguesas, os Padres tiveram que deixar a região, abandonando, também, as datas de terras de Olho d'água dos Araújo, Ipoeiras e Cajú.

Os Jesuítas, que eram proprietários da fonte Olho d'água, doaram o local para as Freiras da Glória, do Recife, o que levou o lugar a receber outra denominação, conhecida até hoje como Brejo das Freiras. Das outras fontes do lugar não se têm notícias do seu destino. É possível que as outras fontes tenham ficado onde, nos dias de hoje, existe o açude de Pilões, construído em 1922, na época a Paraíba era governada por Solon de Lucena.

A Estação Termal de Brejo das Freiras apresenta nos dias de hoje um estilo típico Californiano. As estruturas atuais foram iniciadas em 1933, quando Getúlio Vargas e o interventor da Paraíba, Gratuliano de Brito, lançaram a pedra fundamental, dando início à construção do balneário (PBTUR HOTÉIS S/A, 2013).

02. FAZENDA MAMANGUAPE.



Fig. 7 – Antigo cruzeiro existente de frente a Igreja Matriz de Mamanguape.
Crédito da imagem: Coleção particular do autor.

01. Nome da fazenda de gado:

Fazenda Mamanguape.

02. Localização geográfica provável da fazenda (em caso de não mais identificar o local, utilizar como referência a Igreja Matriz do município atual) (coordenadas):

Local não identificado. Tomamos como referência a Igreja Matriz e o belíssimo cruzeiro existente de frente a mesma. Altitude: 34m; Latitude Sul: $06^{\circ} 50' 18.9''$; Longitude Oeste: $35^{\circ} 07' 30.2''$.

03. Ordem religiosa proprietária da fazenda:

Jesuíta.

04. Data provável do início da fazenda:

Anterior a 1757.

05. Data provável da extinção da fazenda:

1759, com o Diretório Pombalino.

06. Motivo pela qual a fazenda foi extinta:

Expulsão dos Jesuítas do Brasil.

07. Grupo(s) indígena(s) que trabalhou na fazenda de gado:

Potiguaras.

08. Destino que era dado ao gado da fazenda:

Abastecer o Colégio da Parayba e comercialização.

09. Município atual da localização da fazenda:

AS FAZENDAS DE GADO DOS JESUÍTAS NA PARAÍBA COLONIAL

Mamanguape, mas não se conhece o local exato.

10. Destino final da fazenda:

Desmembramento em outras fazendas.

11. Situação atual da fazenda (estrutural):

Desconhecido.

12. Identificação de estruturas das edificações da fazenda:

Não.

13. Situação atual em que se encontra o solo arqueológico das construções principais da fazenda e seu entorno:

Desconhecido.

14. Condições de receber intervenção arqueológica: () Sim (X) Não

- Por quê?

Local desconhecido.

15. Identificação “in loco” de possíveis formas de reações dos grupos humanos indígenas ali mantidos:

Não.

16. O que sabe a população residente na área acerca da antiga fazenda?

Sabem da atuação dos Jesuítas e outras Ordens religiosas na região, mas desconhecem a história da fazenda.

17. Identificação da cultura material e imaterial dos que ali viveram?

Não.

18. Identificação da cultura material dos indígenas utilizados nas atividades cotidianas da fazenda?

Não.

19. Histórico geral da fazenda:

Serafim Leite (2006, p. 500), é o único autor conhecido que cita a existência da fazenda de gado na região de Mamanguape e as riquezas nela existente. No ano de 1757, a dita fazenda contava com 18 escravos negros que realizavam as atividades cotidianas e a lida com os gados, 419 cabeças de gado vacuum e 73 cavalar. Essa fazenda, devido à proximidade com a capital, abastecia o Colégio da Ordem ali existente. O autor não cita se indígenas trabalhavam na fazenda.

03. FAZENDA DA FORMIGA.



Fig. 8 – Igreja Matriz de Piancó, dedicada a Santo Antônio.

Crédito da imagem: Coleção particular do autor.

01. Nome da fazenda de gado:

Fazenda da Formiga.

02. Localização geográfica provável da fazenda (em caso de não mais identificar o local, utilizar como referência a Igreja Matriz do município atual) (coordenadas):

Local não identificado. Tomamos como referência a Igreja Matriz de Piancó. Altitude: 280m; Latitude Sul: $07^{\circ} 11' 58.1''$; Longitude Oeste: $37^{\circ} 55' 30.2''$.

03. Ordem religiosa proprietária da fazenda:

Jesuíta.

04. Data provável do início da fazenda:

Anterior a 1757.

05. Data provável da extinção da fazenda:

1759, com o Diretório Pombalino.

06. Motivo pela qual a fazenda foi extinta:

Expulsão dos Jesuítas do Brasil.

07. Grupo(s) indígena(s) que trabalhou na fazenda de gado:

Tarairiú.

08. Destino que era dado ao gado da fazenda:

Comercialização.

09. Município atual da localização da fazenda:

Piancó, mas não se conhece o local exato.

10. Destino final da fazenda:

Desmembramento em outras fazendas.

11. Situação atual da fazenda (estrutural):

Desconhecido.

12. Identificação de estruturas das edificações da fazenda:

Não.

13. Situação atual em que se encontra o solo arqueológico das construções principais da fazenda e seu entorno:

Desconhecido.

14. Condições de receber intervenção arqueológica: ()

Sim (X) Não

- Por quê?

Local desconhecido.

15. Identificação “in loco” de possíveis formas de reações dos grupos humanos indígenas ali mantidos:

Não.

16. O que sabe a população residente na área acerca da antiga fazenda?

Sabem da atuação dos Jesuítas em atividades religiosas na região.

17. Identificação da cultura material e imaterial dos que ali viveram?

Não.

18. Identificação da cultura material dos indígenas utilizados nas atividades cotidianas da fazenda?

Não.

19. Histórico geral da fazenda:

Serafim Leite (2006, p. 500) cita a existência da dita fazenda nas ribeiras do Piancó, onde atualmente situa-se o município sertanejo

de Piancó. A fazenda, segundo Serafim Leite, ficava no Arraial da Formiga e a área teria sido doada aos Jesuítas por Teodoro Álvares. Com a expulsão dos Jesuítas, a dita fazenda foi arrendada por 150\$000 réis a um certo Tenente Coronel Antônio José Vitorino Borges da Fonseca. O dito Arraial da Formiga ainda existe nos dias de hoje em Piancó, mas sem que ninguém do lugar saiba informar sobre a existência da fazenda e dos Jesuítas.

04. FAZENDA CARIRIS DE FORA (Complexo do QUIRIRI).



Fig. 9 – Vista do rio Taperoá que corta a cidade de São João do Cariri.

Crédito da imagem: Coleção particular do autor.

01. Nome da fazenda de gado:

Fazenda Cariris de Fora (Complexo do Quiriri).

02. Localização geográfica provável da fazenda (em caso de não mais identificar o local, utilizar como referência a Igreja Matriz do município atual) (coordenadas):

Local não identificado. Tomamos como referência o rio Taperoá. Altitude: 460m; Latitude Sul: 07° 23' 30.6"; Longitude Oeste: 36° 31' 55.6".

03. Ordem religiosa proprietária da fazenda:

Jesuíta.

04. Data provável do início da fazenda:

Anterior a 1757.

05. Data provável da extinção da fazenda:

1759, com o Diretório Pombalino.

06. Motivo pela qual a fazenda foi extinta:

Expulsão dos Jesuítas do Brasil.

07. Grupo(s) indígena(s) que trabalhou na fazenda de gado:

Cariri.

08. Destino que era dado ao gado da fazenda:

Abastecer o Colégio da Parayba, comercialização e abastecimento local.

09. Município atual da localização da fazenda:

São João do Cariri, mas não se conhece o local exato.

10. Destino final da fazenda:

Possivelmente houve o desmembramento em outras fazendas.

11. Situação atual da fazenda (estrutural):

Desconhecido.

12. Identificação de estruturas das edificações da fazenda:

Não.

13. Situação atual em que se encontra o solo arqueológico das construções principais da fazenda e seu entorno:

Desconhecido.

14. Condições de receber intervenção arqueológica: ()

Sim (X) Não

- Por quê?

Local desconhecido.

15. Identificação “in loco” de possíveis formas de reações dos grupos humanos indígenas ali mantidos:

Não.

16. O que sabe a população residente na área acerca da antiga fazenda?

Sabem da atuação dos Jesuítas na região.

17. Identificação da cultura material e imaterial dos que ali viveram?

Não.

18. Identificação da cultura material dos indígenas utilizados nas atividades cotidianas da fazenda?

Não.

19. Histórico geral da fazenda:

Serafim Leite (2006, pp. 500-501) cita a fazenda como sendo uma espécie de reduto que administrava uma série de outras fazendas da região. Possivelmente, esta fazenda ficava onde hoje está à cidade de São João do Cariri. Servia para o abastecimento da missão Jesuíta ali existente, além da comercialização.

05. FAZENDA MUCUITÚ (Complexo do Quiriri).



Fig. 10 – Área da antiga fazenda Mucuitú, Juazeirinho (casa dos empregados).

Crédito da imagem: Coleção particular do autor.

01. Nome da fazenda de gado:

Fazenda Mucuitú (Complexo do Quiriri).

02. Localização geográfica provável da fazenda (em caso de não mais identificar o local, utilizar como referência a Igreja Matriz do município atual) (coordenadas):

Local identificado, especialmente estruturas de duas antigas casas, sendo uma a antiga casa onde moravam os agregados da fazenda e a outra onde viviam os escravos negros. Altitude: 511m; Latitude Sul: 07° 08' 48.8"; Longitude Oeste: 36° 39' 32.3".

03. Ordem religiosa proprietária da fazenda:

Jesuíta.

04. Data provável do início da fazenda:

Anterior a 1757.

05. Data provável da extinção da fazenda:

1759, com o Diretório Pombalino.

06. Motivo pela qual a fazenda foi extinta:

Expulsão dos Jesuítas do Brasil.

07. Grupo(s) indígena(s) que trabalhou na fazenda de gado:

Cariri.

08. Destino que era dado ao gado da fazenda:

Abastecer o Colégio da Parayba e comercialização.

09. Município atual da localização da fazenda:

Juazeirinho.

10. Destino final da fazenda:

Possivelmente houve o desmembramento em outras fazendas, mas ainda existe a fazenda Mucuitú, de propriedade particular.

11. Situação atual da fazenda (estrutural):

Excelente, apresentando vasta quantidade de material arqueológico histórico e pré-histórico.

12. Identificação de estruturas das edificações da fazenda:

Sim.

13. Situação atual em que se encontra o solo arqueológico das construções principais da fazenda e seu entorno

Excelente.

14. Condições de receber intervenção arqueológica:

(X) Sim () Não - Por quê?

Local identificado e com a presença de material arqueológico aflorando à superfície.

15. Identificação “in loco” de possíveis formas de reações dos grupos humanos indígenas ali mantidos:

Não.

16. O que sabe a população residente na área acerca da antiga fazenda?

Sabem da atuação dos Jesuítas na região e a própria literatura de época traz a fazenda Mucuitú como uma das principais dos Jesuítas.

17. Identificação da cultura material e imaterial dos que ali viveram?

Sim.

18. Identificação da cultura material dos indígenas utilizados nas atividades cotidianas da fazenda?

Sim, especialmente material lítico (Fig. 11) e cerâmica.



Fig. 11 – Material lítico de procedência indígena Cariri na antiga fazenda de gado Mucuitú.

Crédito da imagem: Coleção particular do autor.

19. Histórico geral da fazenda:

Do Tupi: mucuin-itu = significa o salto ou cascata do mosquito (MEDEIROS, 1950, p. 149).

Segundo Serafim Leite (2006, p. 500), a fazenda Mucuitú fazia parte do complexo de fazendas denominadas de Quiriri.

O local foi identificado no atual município de Juazeirinho e encontra-se em excelente estado de receber intervenções arqueológicas.

06. FAZENDA CACHOEIRA.



Fig. 12 - Igreja Matriz de Itabaiana, dedicada à Nossa Senhora da Conceição.

Crédito da imagem: Coleção particular do autor.

01. Nome da fazenda de gado:

Fazenda Cachoeira.

02. Localização geográfica provável da fazenda (em caso de não mais identificar o local, utilizar como referência a Igreja Matriz do município atual): (coordenadas):

Local não identificado. Tomamos como referência a belíssima Igreja Matriz com característica gótica e romana, dedicada à Nossa Senhora da Conceição: Altitude: 47m; Latitude Sul: 07⁰ 19' 39.9"; Longitude Oeste: 35⁰ 19' 58.6".

03. Ordem religiosa proprietária da fazenda:

Jesuíta.

04. Data provável do início da fazenda:

Anterior ao ano de 1757.

05. Data provável da extinção da fazenda:

1759, com o Diretório Pombalino.

06. Motivo pela qual a fazenda foi extinta:

Expulsão dos Jesuítas do Brasil.

07. Grupo(s) indígena(s) que trabalhou na fazenda de gado:

Cariri.

08. Destino que era dado ao gado da fazenda:

Abastecer o Colégio da Parayba e comercialização.

09. Município atual da localização da fazenda:

Itabaiana, mas o lugar é desconhecido.

10. Destino final da fazenda:

Possivelmente houve o desmembramento em outras fazendas.

11. Situação atual da fazenda (estrutural):

Local desconhecido.

12. Identificação de estruturas das edificações da fazenda:

Não.

13. Situação atual em que se encontra o solo arqueológico das construções principais da fazenda e seu entorno:

Local desconhecido.

14. Condições de receber intervenção arqueológica:

() Sim (X) Não - Por quê?

Local não identificado.

15. Identificação “in loco” de possíveis formas de reações dos grupos humanos indígenas ali mantidos:

Não.

16. O que sabe a população residente na área acerca da antiga fazenda?

Sabem da atuação dos Jesuítas na região e já ouviram falar, de forma remota, da existência dessa e de outras fazendas pertencentes aos Jesuítas na região.

17. Identificação da cultura material e imaterial dos que ali viveram?

Não.

18. Identificação da cultura material dos indígenas utilizados nas atividades cotidianas da fazenda?

Não.

19. Histórico geral da fazenda:

Itabaiana é cortada pelo rio Paraíba, justamente onde o rio deixa praticamente de ser navegável por embarcações de médio porte, tendo em vista os inúmeros afloramentos graníticos no leito do rio. Está situada no agreste acaatingado, mas já foi importante área de produção açucareira no período colonial. Desde os primórdios da ocupação europeia da região, início do século XVII, o gado já era importante atividade comercial, ao ponto de que no século XIX, o município era um dos mais expressivos da Paraíba por possuir importante feira de gado, hoje em decadência.

Historicamente, sabe-se que os primeiros habitantes brancos chegaram ali em fins do século XVII, logo após os Jesuítas terem fundado a missão do Pilar. Foi o Padre Jesuíta Fidelis quem ali chegou e instalou fazendas em data incerta, possivelmente por ter boas pastagens e água para abastecer os aldeamentos próximos e o colégio da capital, além, claro, de servir para o comércio.

Itabaiana (Tabaina) pertenceu ao município de Pilar até 1890. Neste ano foi elevada à vila e sede de comarca, pelo Decreto n. 14, de 23 de setembro. O Decreto de n. 63, de 26 de março de 1891 eleva a vila à categoria de cidade. O Decreto-Lei n. 1164, de 15 de novembro de 1938, conserva-lhe essa prerrogativa até hoje.

07. FAZENDA BOQUEIRÃO.



Fig. 13 – Área cortada pela BR-230 onde se encontra o distrito de Boqueirão de Gurinhém, município de Gurinhém.

Crédito da imagem: Coleção particular do autor.

01. Nome da fazenda de gado:

Fazenda Boqueirão.

02. Localização geográfica provável da fazenda (em caso de não mais identificar o local, utilizar como referência a Igreja Matriz do município atual) (coordenadas):

Local totalmente descaracterizado, tendo em vista o pequeno distrito de Boqueirão de Gurinhém e a BR-230. Esse local, atualmente, pertence ao município de Gurinhém, mas no passado pertenceu a Pilar e Itabaiana. O distrito dista cerca de nove (09) Km da cidade

sede do município – Gurinhém. O exato local da fazenda não se conhece, mas existe no distrito uma fazenda que conserva o nome “Boqueirão”. Utilizamos a localidade cortada pela BR-230 como referência de nossa pesquisa: Altitude: 122m; Latitude Sul: 07° 10’ 16.1”: Longitude Oeste: 35° 23’ 12.0”.

03. Ordem religiosa proprietária da fazenda:

Jesuíta.

04. Data provável do início da fazenda:

Anterior ao ano de 1757.

05. Data provável da extinção da fazenda:

1759, com o Diretório Pombalino.

06. Motivo pela qual a fazenda foi extinta:

Expulsão dos Jesuítas do Brasil.

07. Grupo(s) indígena(s) que trabalhou na fazenda de gado:

Cariri.

08. Destino que era dado ao gado da fazenda:

Abastecer o Colégio da Parayba e comercialização.

09. Município atual da localização da fazenda:

Boqueirão de Gurinhém, município de Gurinhém, mas o lugar é desconhecido.

10. Destino final da fazenda:

AS FAZENDAS DE GADO DOS JESUÍTAS NA PARAÍBA COLONIAL

Possivelmente houve o desmembramento em outras fazendas.

11. Situação atual da fazenda (estrutural):

Local desconhecido.

12. Identificação de estruturas das edificações da fazenda:

Não.

13. Situação atual em que se encontra o solo arqueológico das construções principais da fazenda e seu entorno:

Local desconhecido.

14. Condições de receber intervenção arqueológica: ()

Sim (X) Não

- Por quê?

Local não identificado.

15. Identificação “in loco” de possíveis formas de reações dos grupos humanos indígenas ali mantidos:

Não.

16. O que sabe a população residente na área acerca da antiga fazenda?

Sabem que ali foi uma importante fazenda de gado dos Jesuítas.

17. Identificação da cultura material e imaterial dos que ali viveram?

Não.

18. Identificação da cultura material dos indígenas utilizados nas atividades cotidianas da fazenda?

Não.

19. Histórico geral da fazenda:

De acordo com Serafim Leite (2006, p. 501), essa importante fazenda fazia parte de um grupo de cinco (05) fazendas localizadas na região criatória de Itabaiana. Tal região era estratégica por vários motivos: 1. Proximidade com a feira de gado de Itabaiana e próximo à sede da capitania; 2. Proximidade com Recife e Olinda; 3. Proximidade do rio Paraíba; 4. Proximidade com a missão de Pilar etc.

08. FAZENDA DOIS RIACHOS.



Fig. 14 – Antiga Fazenda Dois Riachos, hoje distrito do município de Salgado de São Félix.

Crédito da imagem: Coleção particular do autor.

01. Nome da fazenda de gado:

Fazenda Dois Riachos.

02. Localização geográfica provável da fazenda (em caso de não mais identificar o local, utilizar como referência a Igreja Matriz do município atual) (coordenadas):

Local ainda apresenta as duas casas da antiga fazenda e uma pequena capela. Seu entorno, no entanto, encontra-se totalmente

descaracterizado devido à construção de casas. Dista cerca de cinco (05) Km da cidade sede do município. Altitude: 71m; Latitude Sul: 07° 21' 57.6"; Longitude Oeste: 35° 29' 03.2".

03. Ordem religiosa proprietária da fazenda:

Jesuíta.

04. Data provável do início da fazenda:

Anterior ao ano de 1757.

05. Data provável da extinção da fazenda:

1759, com o Diretório Pombalino.

06. Motivo pela qual a fazenda foi extinta:

Expulsão dos Jesuítas do Brasil.

07. Grupo(s) indígena(s) que trabalhou na fazenda de gado:

Cariri.

08. Destino que era dado ao gado da fazenda:

Abastecer o Colégio da Parayba e comercialização, especialmente na famosa feira de gado de Itabaiana.

09. Município atual da localização da fazenda:

Salgado de São Félix.

10. Destino final da fazenda:

Houve desmembramento em outras fazendas de gado, mas ainda existe a estrutura da fazenda inicial.

11. Situação atual da fazenda (estrutural):

Favorável a uma intervenção arqueológica, ao menos nas duas casas e na capela.

12. Identificação de estruturas das edificações da fazenda:

Sim.

13. Situação atual em que se encontra o solo arqueológico das construções principais da fazenda e seu entorno:

Bom estado de conservação.

14. Condições de receber intervenção arqueológica: (X)

Sim () Não

- Por quê?

Local ainda preservado, apesar do crescente desenvolvimento urbano na área, especialmente porque a comunidade de Dois Riachos fica de frente para o rio Paraíba, área bastante cobiçada para a edificação de residências e plantios.

15. Identificação “in loco” de possíveis formas de reações dos grupos humanos indígenas ali mantidos:

Não.

16. O que sabe a população residente na área acerca da antiga fazenda?

Sabem que ali foi uma importante fazenda de gado dos Jesuítas.

17. Identificação da cultura material e imaterial dos que ali viveram?

Sim.

18. Identificação da cultura material dos indígenas utilizados nas atividades cotidianas da fazenda?

Não.

19. Histórico geral da fazenda:

Fazia parte do complexo de fazendas dos Jesuítas num total de cinco (05), existentes nas proximidades do rio Paraíba, com dois importantes objetivos: 1. Abastecer o colégio da capital; 2. Comercialização do gado na feira de Itabaiana e em feiras de Pernambuco.

09. FAZENDA REMANSO.



Fig. 15 – Igreja Matriz dedicada a São Félix de Cantalice, município de Salgado de São Félix.

Crédito da imagem: Coleção particular do autor.

01. Nome da fazenda de gado:

Fazenda Remanso.

02. Localização geográfica provável da fazenda (em caso de não mais identificar o local, utilizar como referência a Igreja Matriz do município atual) (coordenadas):

Local desconhecido e totalmente descaracterizado. Tomamos como base geográfica a Igreja Matriz do município, dedicada a São Félix

de Cantalice. Altitude: 73m; Latitude Sul: 07° 21' 20.4"; Longitude Oeste: 35° 26' 16.0".

03. Ordem religiosa proprietária da fazenda:

Jesuíta.

04. Data provável do início da fazenda:

Anterior ao ano de 1757.

05. Data provável da extinção da fazenda:

1759, com o Diretório Pombalino.

06. Motivo pela qual a fazenda foi extinta:

Expulsão dos Jesuítas do Brasil.

07. Grupo(s) indígena(s) que trabalhou na fazenda de gado:

Cariri.

08. Destino que era dado ao gado da fazenda:

Abastecer o Colégio da Parayba e comercialização, especialmente na famosa feira de gado de Itabaiana.

09. Município atual da localização da fazenda:

Salgado de São Félix, mas sem a localização da área da fazenda.

10. Destino final da fazenda:

Houve desmembramento em outras fazendas de gado.

11. Situação atual da fazenda (estrutural):

Local desconhecido.

12. Identificação de estruturas das edificações da fazenda:

Não.

13. Situação atual em que se encontra o solo arqueológico das construções principais da fazenda e seu entorno:

Local desconhecido.

**14. Condições de receber intervenção arqueológica: () Sim
(X) Não**

- Por quê?

Local não localizado.

15. Identificação “in loco” de possíveis formas de reações dos grupos humanos indígenas ali mantidos:

Não.

16. O que sabe a população residente na área acerca da antiga fazenda?

Sabem que ali existiram fazendas de gados dos Jesuítas, mas não precisam onde e quando.

17. Identificação da cultura material e imaterial dos que ali viveram?

Não.

18. Identificação da cultura material dos indígenas utilizados nas atividades cotidianas da fazenda?

Não.

19. Histórico geral da fazenda:

Fazia parte do complexo de fazendas dos Jesuítas num total de cinco (05), existentes nas proximidades do rio Paraíba, com dois importantes objetivos: 1. Abastecer o colégio da capital; 2. Comercialização do gado na feira de Itabaiana e em feiras de Pernambuco.

10. FAZENDA PUÁ.



Fig. 16 - Rio Paraíba, que corta o município de Itabaiana.

Crédito da imagem: Coleção particular do autor.

01.Nome da fazenda de gado:

Fazenda Puá.

02. Localização geográfica provável da fazenda (em caso de não mais identificar o local, utilizar como referência a Igreja Matriz do município atual) (coordenadas):

Local desconhecido e totalmente descaracterizado. Tomamos como base geográfica o rio Paraíba nas proximidades da cidade de

Itabaiana: Altitude: 49m; Latitude Sul: 07° 17' 24.1"; Longitude Oeste: 35° 10' 34.9".

03. Ordem religiosa proprietária da fazenda:

Jesuíta.

04. Data provável do início da fazenda:

Anterior ao ano de 1757.

05. Data provável da extinção da fazenda:

1759, com o Diretório Pombalino.

06. Motivo pela qual a fazenda foi extinta:

Expulsão dos Jesuítas do Brasil.

07. Grupo(s) indígena(s) que trabalhou na fazenda de gado:

Cariri.

08. Destino que era dado ao gado da fazenda:

Abastecer o Colégio da Parahyba e comercialização, especialmente na famosa feira de gado de Itabaiana.

09. Município atual da localização da fazenda:

Salgado de São Félix, mas sem a localização da área da fazenda.

10. Destino final da fazenda:

Houve desmembramento em outras fazendas de gado.

11. Situação atual da fazenda (estrutural):

Local desconhecido.

12. Identificação de estruturas das edificações da fazenda:

Não.

13. Situação atual em que se encontra o solo arqueológico das construções principais da fazenda e seu entorno:

Local desconhecido.

**14. Condições de receber intervenção arqueológica: () Sim
(X) Não**

- Por quê?

Local não localizado.

15. Identificação “in loco” de possíveis formas de reações dos grupos humanos indígenas ali mantidos:

Não.

16. O que sabe a população residente na área acerca da antiga fazenda?

Sabem que ali existiram fazendas de gados dos Jesuítas, mas não mais identificam o local.

17. Identificação da cultura material e imaterial dos que ali viveram?

Não.

18. Identificação da cultura material dos indígenas utilizados nas atividades cotidianas da fazenda?

Não.

19. Histórico geral da fazenda:

A fazenda ficava à margem esquerda do rio Paraíba, no atual município de Itabaiana. A mesma foi desmembrada em várias propriedades e não se sabe o exato local onde a fazenda Puá existiu.

Apresentava os mesmos objetivos das outras fazendas da região de Itabaiana: abastecimento do colégio da capital e comercialização nas feiras da região.

CAPÍTULO III

3. O LEGADO MISSIONEIRO DA PARAÍBA COLONIAL

3.1 O resultado do contato missioneiro com os indígenas da Paraíba no período colonial

“O que se viu foi uma tragédia” (ELIAS, 2013, p. 17). Palavras duras, mas reais. Eis às consequências principais do contato: as populações ditas não assimiladas foram extintas através de doenças, guerras justas, escravidão e expropriações. Apesar disso, a resistência nunca cessou.

As previsões de Darcy Ribeiro, em 1970, não se cumpriram. O indigenista afirmou em sua obra, “Os índios e a civilização” (1970), que os últimos indígenas do Brasil não viriam o raiar do século XXI. Eles viram, sobreviveram e conseguiram criar um grande arcabouço legal para devolver-lhes seus direitos.

Ao contrário, o indígena de hoje vem conseguindo sair da tutela do Estado. O estado Brasileiro não mais decide pelo indígena (COHN, 2013, p. 18). Hoje, o que se vê são grupos indígenas mobilizados em busca do que historicamente lhes pertencem: seus costumes e suas terras. O indígena de hoje,

segundo a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), tem direito à cidadania plena. Nada teria mudado sem um largo e árduo processo de conscientização, que tem início nos primeiros momentos de invasões de suas terras e quando estes foram forçados ao aldeamento missioneiro.

Estaria correto afirmar, portanto, que a Igreja Católica, ao criar as missões no Brasil apresentava como principais objetivos: quebrar a cultura indígena, esconder seus traços de apresentação enquanto grupo linguístico/étnico/cultural e valorizar a cultura erudita europeia. Por pouco isso não ocorreu. O indígena foi visto inicialmente como um “empecilho ao desenvolvimento nacional” (COHN, 2013, p. 20). Hoje, através de suas lutas organizadas, são vistos como verdadeiros brasileiros. Conseguiram superar suas dificuldades: teve sua humanidade reconhecida, a liberdade e a não tutela do Estado. Falta, digamos, o reconhecimento da diversidade étnica, do auto-reconhecimento e da auto-identificação enquanto indígena e, esses princípios básicos civis de ser um ser humano foram quebrados, inicialmente pelo estado Luso/Espanhol que usou as Ordens religiosas para transformar os indígenas: mão de obra barata ou escrava, ou então, em simplesmente indivíduos que não maculassem o progresso e fossem capazes de viverem numa apatia completa.

As garantias legais contribuíram para que grupos étnicos que mantinham sua (s) identidade (s) em silêncio, escondida, com vergonha de se mostrarem, viessem à tona, ressurgindo das cinzas grupos que há muito pensávamos extintos. No passado, assegura Cohn (2013, p. 20), ser índio no Brasil simplesmente era ser reduzido em missões, escravizado e subjugado aos trabalhos forçados, abrindo mão de seus costumes, de seu legado, enfim, de traços e perfis que o qualificava enquanto grupo linguístico/étnico/cultural.

No geral, o que é de fato um índio? Existe algo ou alguém que o defina? Índio é o reconhecimento individual e ao mesmo tempo de seus pares. A diferença reconhecível entre o indígena e o branco é o que faz com que o indivíduo e, por extensão o seu grupo, se veja como índio.

Não é fácil esse reconhecimento. Nessa esteira, ciências são fundamentais para contribuir com os índios e não-índios no processo de reconhecimento étnico/linguístico/cultural dos remanescentes indígenas. São elas: a Arqueologia, a Linguística, a Antropologia e a História. A junção dessas ciências, segundo Kneip e Mello (2013, pp. 21-23), desde o século XIX, tem sido essencial para compor e recompor a história de inúmeros grupos nativos das Américas pré e pós-Colombo.

No ano de 1849, já se dava conta que todos os índios restantes estavam aldeados e restando alguns nos matos. Nesse período, os indígenas remanescentes já estavam aculturados, não mais dominando sua língua original. Em 1858, só restavam três aldeias de índios na Paraíba, todas Tupi: em Alhandra, Conde e Preguiça.

A subjugação foi, de acordo com Garcia (2013, p. 27), a “solução caseira” encontrada para prosperarem. A escravidão e outros métodos de amansar e forçar o indígena a um novo processo de aculturação começaram no início da colonização e a Igreja através de suas Ordens religiosas sempre prestaram a este serviço.

A ideia geral que se tem ainda hoje é que era tarefa fácil transformar o índio indolente em escravo ou, no mínimo, em servo passivo de El-Rei. As reações sempre existiram. Nunca o indígena foi passivo, a prova disso são as inúmeras cartas escritas por capitães donatários, colonos e Padres, rogando a Deus e a El-Rei o envio de mais tropas e Padres para amansar essa gente (RIBEIRO e VELTHEM, 2002) (RIBEIRO, 1985).

No início da colonização a coroa portuguesa vivia seu grande dilema: se apertasse o cerco contra os indígenas para escravizá-los cada vez mais em número, corria-se o risco de

uma guerra geral e, o segundo problema era os franceses que traficavam com os indígenas, mas sem escravizá-los, ao menos da forma como os lusos/espanhóis faziam. No entanto, a escravidão indígena era essencial nesse início de colonização, principalmente com os cofres dos reinos sem recursos suficientes para aquisição de negros da África.

Garcia (2013, p. 28) aponta a solução: “A solução encontrada foi separar os índios aliados dos índios inimigos”. Essa tarefa só foi possível com a instalação da Governadoria Geral no ano de 1549, que tratava o assunto com muita cautela. Assim, o regimento que abordava tão melindrosa questão garantia aos índios, ditos aliados dos portugueses, a liberdade e o convívio com os brancos e, no mesmo regimento, aborda-se a importância dos Jesuítas em ter voz ativa sobre as questões indígenas; nessa esteira cria-se todo um arcabouço “legal” e administrativo para dar guarida àqueles grupos indígenas que quisessem ser missionados. Estava, pois, instituída a missão e, por extensão, as outras atividades necessárias para usar e abusar da indiada em trabalhos escravos ou pouco remunerado, como nas fazendas de gado dos Jesuítas. Àqueles que não aceitavam essas condições fazia-se a guerra justa (HAF KEMEYER, 1923).

Durante séculos, especialmente nas regiões mais pobres da colônia em que a aquisição de escravos negros era

difícil, os índios, para os paulistas, por exemplo, era um remédio para a sua pobreza (AQUINO, et. al. 2000). A servidão indígena no Brasil só acabou à luz da lei, em 1750, quando o futuro Marquês de Pombal, na época Secretário de Estado do Reino Português, fez promulgar o Diretório dos Índios, que os libertava geral e os inseria em condições de igualdade na vida social luso/brasileira. No entanto, o Diretório obrigava a indiada a falar português e serem transportados para outras áreas do território do Brasil em que, na época, encontrava-se em conflito territorial com a coroa espanhola além de outras obrigações de cunho cultural. Apesar de tudo, sem dúvida é a partir desse Diretório que o restante dos indígenas do Brasil conseguiram alguns direitos. Mas é bom não esquecer que foi o próprio Pombal, alguns anos depois, que transformou as últimas missões em vilas e espalhou muitos grupos aldeados pelo vasto território do Brasil, além de extinguir as propriedades de algumas Ordens, como as fazendas dos Jesuítas. Mas o que de fato os indígenas nos deixaram para que possamos usá-los como importante referência no período de desenvolvimento sócio/econômico/cultural contemporâneo?

O legado indígena não pode ser percebido apenas nos nomes das cidades da Paraíba, eles são percebidos, principalmente, nos usos e costumes que sobreviveram ao

tempo e ao contato. A tecnologia indígena, compreendida como seus conhecimentos básicos acerca da fauna, flora e a transformação da matéria prima em recursos domésticos diversos, foi densamente usada e aplicada nas missões, fazendas de gado e fora delas (ATHAYDE, 2013, pp. 30-31). A rica herança cultural indígena serviu, acima de tudo, como sobrevivência dos invasores, pois estes tiveram que se adaptar às novas condições aqui encontradas.

Dessa forma, como ver um índio simplesmente puro ou atrasado, como questiona Gomes (2013, p. 33)? No geral, a impressão que o povo tem do índio, do contato até hoje, é ambígua, mesquinha e racista. Mas o respeito, como observa a autora citada anteriormente, vem se impondo, especialmente a partir da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988).

O índio encanta, mas causa, ainda hoje, repulsão para muitos: dos primórdios da colonização, passando pela fase imperial, até a república, sempre se acreditou que o indígena era incivilizável. Nessa esteira, então por que absorver seus costumes?

Talvez tenha sido o Marechal Rondon, nos primórdios da República Brasileira, que tenha criado a ideia de respeito ao outro, à sua cultura, passando a vê-los não como seres passivos ou crianças, mas como nações autônomas

(RONDON, 1953). Portanto, era preciso respeito ao índio e à sua herança genética e cultural. Rondon foi, sem dúvida, um dos grandes e memoráveis cidadãos brasileiros a ver o outro como igual, com uma cultura e uma vida em pé de igualdade à sua. O índio de Rondon, é um ser histórico, assim como os Padres que os aldearam no período colonial nas aldeias, sítios, engenhos e fazendas. Falta-nos o básico: aceitar os indígenas como eles realmente são, ou seja, com suas especificações.

No passado e no presente, apesar das mudanças satisfatórias sofridas ao longo do tempo, “os povos indígenas continuam sendo atropelados pelo modelo de desenvolvimento do Brasil” (CÂMARA, 2013, p. 36).

Em síntese, a política indigenista brasileira ainda está aquém da ideal: antes havia uma política totalmente voltada para assimilar o indígena, o que violentou brutalmente seus modos de vida, transformando-os naquilo que Bernardo Câmara chama de ex-índios. Hoje, com a Constituição de 1988, o indígena deixou de ser uma figura transitória, ou seja, um grupo de indivíduos utilizados para tapar os ‘buracos’ no território brasileiro. O indígena pós-Constituição passa a fazer parte do futuro? Pelo que luta o índio hoje? As respostas ainda são confusas, mas já se sabe que a luta hoje é mais por consolidar o que já foi conquistado do que por mais direitos

que já possam nascer geminados com vírus de destruição. A herança cultural é, sem dúvida, um desses direitos adquiridos que não se pode perder, portanto, é preciso lutar para mantê-los.

O que nos resta, de fato, dos traços culturais dos indígenas do contato? Aryon Rodrigues é, sem dúvida, o maior especialista no assunto linguístico indígena do Brasil contemporâneo. Mas é dele a afirmação desastrosa: “Há pressão para ensinar as crianças indígenas a falar o português e, com isso, a língua indígena deixa de ser falada” (ORTIZ, 2011, p. 23). Essa afirmação nos faz questionar o seguinte: o que de fato legamos, em termos linguísticos dos nossos antepassados indígenas? Muito, até porque o Brasil é considerado o país com a maior diversidade linguística do planeta, mas pouco sabemos sobre o assunto. Em verdade, nada impede que os indígenas falem o português e dominem traços próprios linguísticos. Não podemos nem devemos ver o indígena contemporâneo como algo estático no tempo e espaço. No caso específico da Paraíba, vários municípios ainda guardam seu gentílico indígena, mas poucos sabem o significado. Prova de que herdamos muito, mas sabemos muito pouco. Lauand (2011, p. 26) afirma que a língua de um povo pode servir para a compreensão de toda uma cultura. Nesse sentido, o Governo e a Igreja deram sua lastimável

contribuição para fazer desaparecer traços importantes da cultura dos povos missionados, principalmente quando a obrigatoriedade do português podia ser transformada em castigo para quem não a falasse. Assim, a contribuição linguística que herdamos dos nossos ancestrais é gigantesca, mas falta o acesso mais geral a essas informações.

3.2 O fim das fazendas de gado dos Jesuítas: algumas considerações finais

As fazendas de gado identificadas na Paraíba tiveram vida efêmera, mas cumpriram seu papel: suprir as necessidades básicas dos Jesuítas em alimento ou em dinheiro. Das fazendas identificadas, num total de dez (10), apenas as de Brejo das Freiras e a de Mucuitú apresentam reais condições de sofrerem intervenções arqueológicas capazes de nos fornecerem importantes subsídios materiais para entendermos o cotidiano de trabalhadores e escravos nesses ambientes. A fazenda Dois Riachos, apesar de ainda existir no local as estruturas prediais construídas pelos Jesuítas no século XVIII, não mais oferecem condições de receber uma intervenção arqueológica, tendo em vista que

todo o entorno sofreu profundas modificações, a não ser nas próprias estruturas prediais.

As fazendas dos Jesuítas, nitidamente, foram criadas em áreas férteis, com abundância de água e pasto natural para o gado, o que nos leva a concluir que esta Ordem, apesar dos constantes conflitos com a coroa e as outras Ordens religiosas, gozava de certos privilégios, o que favoreceu a possuírem grandes propriedades na Paraíba e elevado poder econômico.

Por fim, percebemos que ainda é forte e perceptível o legado cultural missionário na Paraíba (mesmo que parcial), ao menos no tocante ao que restou em termos de patrimônio arquitetônico das Ordens e suas contribuições no processo de formação da Paraíba contemporânea.

Como forma de melhorar e ampliar esta pesquisa para subsidiar novos trabalhos e enriquecimento da história local, sugerimos:

1. Aprofundamento das pesquisas historiográficas e arqueológicas dos antigos redutos missionários e fazendas de gado para coleta de dados mais confiáveis sobre localizações e, principalmente, questões inerentes à resistência indígena, se é que existiram;

2. Amplo processo de Educação Patrimonial nas áreas que ainda apresentam vestígios arqueológicos capazes de identificar a cultura missioneira e possíveis atividades de reações indígenas;
3. Preservação do material arqueológico e das estruturas arquitetônicas localizadas durante as pesquisas;
4. Escavações arqueológicas nos redutos missioneiros e fazendas de gado que ofereçam condições para tal atividade;
5. Minucioso levantamento da cultura imaterial acerca da temática trabalhada nas áreas em que foram localizados os aldeamentos e as fazendas de gado dos Jesuítas;
6. Ampla divulgação dos resultados deste trabalho e dos que se seguirão.

Enfim, concordamos plenamente com a citação de Câmara (2000, p. 15), quando o autor afirma que pouco se sabe sobre a atuação católica na Paraíba, especialmente na fase colonial, e que as fontes para escrever sobre a temática existem, são muitas e diversificadas, além de serem notáveis, bastando apenas procurá-las nos lugares certos.

Acreditamos, então, que este singelo trabalho apresenta-se como pontapé inicial para melhor conhecermos

um período de nossa história que foi ofuscado pela própria situação política/ideológica do período. A Igreja Católica através de suas Ordens missioneiras, os indígenas reduzidos, os escravos negros densamente usados e os colonos, cada um ao seu estilo, deram contribuições notáveis para a construção da Paraíba atual. Falta-nos trazer à tona as relações que de fato existiram entre estes grupos culturais e sociais, desconstruir e reconstruir a história do período por nós estudado se preciso for, e trazer para os nossos educandos, em todos os níveis, respostas para perguntas tão antigas, quais sejam:

1. Por que a Igreja Católica criou missões e fazendas na Paraíba colonial e como estas funcionavam de fato?
2. Por que houve uma mobilidade muito grande no domínio das missões?
3. Por que as missões e as fazendas da Paraíba tiveram, muitas delas, um período de vida efêmera?
4. Como resistiram os indígenas frente às imposições das Ordens religiosas missioneiras?
5. Como era o trabalho indígena e escravo nas missões e fazendas de gado?

Como podemos observar são tantas perguntas a serem respondidas. Eis a necessidade de novas pesquisas e obtenções de mais respostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1978.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. Os primeiros povoados do nosso continente. In: AQUINO, R. S. L. de. et. al. **Os primeiros brasileiros**. Rio de Janeiro: Record, 2000. pp. 33-66.

ATHAYDE, Simone. Cientistas, engenheiros e artistas. In.: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 8, n. 91, abr. 2013. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. pp. 30-32.

BLAINEY, GeoFFrey. **Uma breve história do cristianismo**. Trad. Neuza Capela. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2012.

BORGES, José Elias. Índios Paraibanos - classificação preliminar. In: MELO, José Octávio de Arruda; RODRIGUES, Gonzaga (orgs). **Paraíba: conquista, patrimônio e povo - por uma seleção de autores**. 2. ed. João Pessoa: GRAFSET, 1993. pp. 21-42.

BRANCO, Maria Fernandes Correia. Transtornos e ultrajes. In.: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 7, n. 81, Jun 2012. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. pp. 24-27.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BREVE HISTÓRICO DA CONGREGAÇÃO. Obtido em: <http://www.paginaoriental.com/santos/cj.htm>. Acesso em: 30 jun. 2015.

BRITO, Vanderley de. **Missões na capitania da Paraíba (1585-1758)**. Campina Grande: Copias & Papeis, 2013.

CÂMARA, Bernardo. Admirável índio novo. In.: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 8, n. 91, abr. 2013. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. pp. 36-40.

COHN, Clarice. Tutela nunca mais. In.: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 8, n. 91, abr. 2013. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. pp. 18-20.

DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

ELIAS, Rodrigo (org.). Índios, em alto e bom som. In.: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 8, n. 91, abr. 2013. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. pp. 16-40.

FREYRE, Gilberto, **Casa-Grande & Senzala**. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GARCIA, Elisa Frühouf. Solução Caseira. In.: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 8, n. 91, abr. 2013. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. pp. 27-29.

GOMES, Mércia Pereira. Bom selvagem, mau selvagem. In.: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 8, n. 91, abr. 2013. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. pp. 33-35.

GUERREIRO, Fernam. **Relaçam annal das cousas que fizeram os Padres da Companhia de Iesus nas paredes da Índia Oriental & Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné, nos annos de feiscentos e dous & feiscentos três, & do proceffo da converfan, & chiftandade de aquellas partes,**

tirada das cartas dos mefmos padres que de lá viera.
Lisboa: Per Oorge Rodrigues impressor de Livros, 1605.

HAF-KEMEYER, J. B. In.: **História dos Jesuítas no Ministério do Marquês de Pombal.** Porto Alegre: Ceuta, 1923.

HISTÓRIA BRASILEIRA. Obtido em: www.wikipedia.com.br. Acesso em: 22 fev. 2015.

ILHA, Frei Manoel da. **Narrativa da Custodia de Santo Antônio do Brasil:** 1584-1621. Petrópolis: Vozes, 1975.

JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. **Novo obre seráfico brasílico ou chonica dos frades menores da Província do Brasil.** Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1861.

KNEIP, Andreas; MELLO, Antônio Augustos. Babel indígena. In.: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 8, n. 91, abr. 2013. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. pp. 21-23.

KERN, Arno Alvarez. Missões e o mundo colonial no Rio da Prata. In: KERN, Arno Alvarez; JACKSON, Robert. **Missões Ibéricas coloniais:** da Califórnia ao Prata. Porto Alegre: Pailer, 2006. pp. 69-94.

LAUAND, Jean. O que continua, se não é mais? In.: **Revista Língua Portuguesa**, ano 5, n. 68, Jun. 2011. São Paulo: Editora Segmentos, 2011. pp. 26-27.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Fac-Símile/Itatiaia, 2006.

MEDEIROS, José Rodrigues Coriolano de. **Dicionário corográfico do estado da Paraíba**. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

MENDES, F. I. V. ; LACERDA, J. D. de ; AGUIAR, R. C. S. ; SOUSA FILHO, V. G. Jesuítas no Piauí: negócios e educação. **Revista F@pciência**, v. 7, n. 9, pp. 89-102. Apucarana, 2010.

MISSÃO JESUÍTICA. Obtido em: www.historiabrasileira.com. Acesso em: 29 jun. 2015.

INÁCIO DE LOYOLA. Obtido em: www.wikipedia.com.br. Acesso em: 29 jun. 2015.

ORTIZ, Fabíola. Língua do eu sozinho. In.: **Revista Língua Portuguesa**, ano 5, n. 68, jun. 2011. São Paulo: Editora Segmentos, 2011. pp. 22-25.

PBTUR/HOTEIS S/A. **Estância Termal de Brejo das Freiras**. São João do Rio do Peixe: s.e., 2013.

PÉCORA, Alcir. A união faz a carta. In.: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano7, n. 81, jun 2012. pp. 34-36.

PORTO, Maria Emília Monteiro. Terra-adentro – As missões se alastraram pelo Nordeste por dois séculos e não se limitaram ao litoral: In.: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 7, n. 81, Jun. 2012. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012. pp. 20-21.

RIBEIRO, Berta G.; VELTHEM, Lucia H. van. Coleções etnográficas: documentos materiais para a história indígena e a etnologia. In: CUNHA, Manuela carneiro da. **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Schwarcz, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização** – A integração indígena no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1970.

ROMANELLI, Ataísa de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1937)**. Petrópolis: Vozes, 1997.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Índios do Brasil das cabaceiras do rio Xingú, dos rios Araguaia e Oiapoque**. Vol. II. Rio de Janeiro: Conselho de Proteção aos índios/ministério da Agricultura departamento de Imprensa Nacional, 1953.

SANTOS, Januário dos. **Santo Inácio de Loiola**. Cocujães: Editorial Missões, 2009.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Missões religiosas Ibéricas na capitania da Paraíba**: Atividades historiográficas e arqueológicas para identificação estrutural e obras missionárias no processo civilizador do indígena. Porto Alegre. 2014. 368 p. Tese (Estágio Pós-Doutoral). Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul – PUC/RS: Porto Alegre, 2014.

PALÁCIO DA REDENÇÃO. Obtido em: www.joaopessoaconvention.com.br. Acesso em: 17 jul. 2015.

PINTO, Tales. **Jesuítas no Brasil colônia**. Obtido em: <http://www.escolakids.com/jesuitas-no-brasil-colonia.htm>. Acesso em: 12 mar. 2015.

PRIORE, Mary Del. **Religião e religiosidade no Brasil Colonial**. São Paulo: Ática, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. Soldados de Cristo. In.: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 7, n. 81, jun 2012. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012. pp. 14-19.

«A atuação dos Jesuítas não ficou limitada, no Brasil, apenas a catequização, mas também, o ensino aos filhos dos colonos (geralmente aqueles mais afortunados). Foi com isso que os Jesuítas criaram vários colégios na colônia, inclusive o da Paraíba»

SERIE ARQUEOLOGIA PALEONTOLOGIA
Vol. V